

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO DE LETRAS/PORTUGUÊS

# LINGÜÍSTICA CONTEMPORÂNEA

2º semestre



## Presidente da República Federativa do Brasil

**Luiz Inácio Lula da Silva**

## Ministério da Educação

**Fernando Haddad**

Ministro do Estado da Educação

**Ronaldo Mota**

Secretário de Educação Superior

**Carlos Eduardo Bielschowsky**

Secretário da Educação a Distância

## Universidade Federal de Santa Maria

**Clóvis Silva Lima**

Reitor

**Felipe Martins Muller**

Vice-Reitor

**João Manoel Espina Rossés**

Chefe de Gabinete do Reitor

**André Luís Kieling Ries**

Pró-Reitor de Administração

**José Francisco Silva Dias**

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

**João Rodolfo Amaral Flores**

Pró-Reitor de Extensão

**Jorge Luiz da Cunha**

Pró-Reitor de Graduação

**Charles Jacques Prade**

Pró-Reitor de Planejamento

**Helio Leães Hey**

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

**João Pillar Pacheco de Campos**

Pró-Reitor de Recursos Humanos

**Fernando Bordin da Rocha**

Diretor do CPD

## Coordenação de Educação a Distância

**Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso**

Coordenadora de EaD

**Roseclea Duarte Medina**

Vice-Coodenadora de EaD

**Roberto Cassol**

Coordenador de Pólos

**José Orion Martins Ribeiro**

Gestão Financeira

## Centro de Artes e Letras

**Edemur Casanova**

Diretor do Centro Artes e Letras

**Ceres Helena Ziegler Bevilaqua**

Coordenadora do Curso de Graduação em

Letras/Português a Distância

### Elaboração do Conteúdo

**Vera Lúcia Pires**

Professora pesquisadora/conteudista

### Equipe Multidisciplinar de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação - ETIC

**Carlos Gustavo Matins Hoelzel**

Coordenador da Equipe Multidisciplinar

**Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso**

**Rosiclei Aparecida Cavichioli Laudermann**

**Silvia Helena Lovato do Nascimento**

**Ceres Helena Ziegler Bevilaqua**

**André Krusser Dalmazzo**

**Edgardo Gustavo Fernández**

**Marcos Vinícius Bittencourt de Souza**

Desenvolvimento da Plataforma

**Ligja Motta Reis**

Gestão Administrativa

**Flávia Cirolini Weber**

Gestão do Design

**Evandro Bertol**

Designer

### ETIC - Bolsistas e Colaboradores

#### Orientação Pedagógica

**Elias Bortolotto**

**Fabício Viero de Araujo**

**Gilse A. Morgental Falkembach**

**Leila Maria Araújo Santos**

#### Revisão de Português

**Andréa Ad Reginatto**

**Ceres Helena Ziegler Bevilaqua**

**Maísa Augusta Borin**

**Silvia Helena Lovato do Nascimento**

#### Ilustração e Diagramação

**Camila Rizzatti Marqui**

**Evandro Bertol**

**Flávia Cirolini Weber**

**Helena Ruiz de Souza**

**Lucia Cristina Mazetti Palmeiro**

**Ricardo Antunes Machado**

#### Suporte Técnico

**Adílson Heck**

**Cleber Righi**

## Sumário

### PARTE 1

<b>AULA 1</b> .....	6
INICIANDO E SITUANDO NOSSA DISCIPLINA.. ..	6
AS CORRENTES LINGÜÍSTICAS .....	8

<b>AULA 2</b> .....	10
A ENUNCIÇÃO.....	10
Objetivo geral: .....	10
Objetivos específicos: .....	10

<b>AULA 3</b> .....	16
ROMAN JAKOBSON – DA COMUNICAÇÃO À ENUNCIÇÃO .....	16

<b>AULA 4</b> .....	23
ÉMILE BENVENISTE – ENUNCIÇÃO E (INTER)SUBJETIVIDADE.....	23

<b>AULA 5</b> .....	29
MIKHAIL BAKHTIN – ENUNCIÇÃO, DIALOGISMO E ALTERIDADE.....	29

<b>AULA 6</b> .....	37
OSWALD DUCROT - POLIFONIA E ENUNCIÇÃO.....	37

### PARTE 2

<b>AULA 8</b> .....	39
A LINGUAGEM EM USO .....	39

<b>AULA 9</b> .....	42
A TEORIA DOS ATOS DE FALA – J. AUSTIN .....	42

### PARTE 3

<b>AULA 10</b> .....	46
A LINGÜÍSTICA TEXTUAL.....	46
1. ANÁLISES INTERFRÁSTICAS E GRAMÁTICAS DE TEXTO .....	48

<b>Aula 11</b> .....	50
2. AS PERSPECTIVAS PRAGMÁTICAS E AS TEORIAS DE BASE COMUNICATIVAS.....	50

<b>Aula 12</b> .....	51
3. A TEORIA DO TEXTO .....	51

<b>Parte 3</b> .....	54
AULA 13 e 14.....	54
AULA ANÁLISE DE DISCURSO (AD) .....	54

<b>AULA 15</b> .....	70
Apresentando a ADC: conceitos fundamentais .....	70

**CARGA HORÁRIA:** 60 h  
**CRÉDITOS:** 4 (2-2)

**EMENTA:**

Língua e comunicação  
Estudos do texto e do discurso  
Descrição e análise lingüística

**OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA:**

- compreender a diversidade dos conceitos básicos que envolvem os estudos lingüísticos contemporâneos;
- diferenciar suas principais correntes;
- identificar os teóricos basilares, seus textos fontes e seus seguidores no Brasil.

**PROGRAMA:**

**UNIDADE I – LÍNGUA E COMUNICAÇÃO**

- 1.1 As correntes enunciativas
- 1.2 As correntes pragmáticas

**UNIDADE II – ESTUDOS DO TEXTO E DO DISCURSO**

- 2.1 Lingüística do texto
- 2.2 Lingüística de/do discurso

**UNIDADE III – DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA LINGUAGEM**

- 3.1 Abordagem teórica
- 3.2 Técnicas e procedimentos
- 3.3 Exercício analítico

## PARTE 1

### AULA 1

#### INICIANDO E SITUANDO NOSSA DISCIPLINA...

A disciplina *Lingüística contemporânea* é uma continuação da *Lingüística geral* que você cursou no módulo anterior. Naquele momento, foram apresentados os fundamentos da Lingüística, iniciando nos precursores dos estudos da linguagem, desde as mais remotas épocas, passando pelos hindus, pelos gregos e romanos, pelas teorias da Idade Média e do Renascimento.

Depois, você estudou o método histórico-comparativo, que dominou a abordagem das línguas no século XIX. E, finalmente, chegou ao tratamento da linguagem de forma científica com Ferdinand de Saussure e sua obra póstuma *Curso de Lingüística Geral (C.L.G.)*.

Como você deve lembrar, nesse livro estão todas as teorias que fundaram a ciência da linguagem, organizadas em dicotomias: língua/fala; significante/significado; sincronia/diacronia; sintagma/paradigma.

É a partir desses pares e de outros conceitos (como a noção de **valor**) que, posteriormente, vários autores vão estudar a linguagem, definindo o que se denominou **estruturalismo lingüístico**. Assim, autores como Bally, Jakobson, Martinet, Hjelmslev, na Europa, e Bloomfield e Harris, nos Estados Unidos, procuraram definir suas teorias a partir do que estava colocado no C. L. G.

Com isso, você concluiu a primeira parte da Lingüística geral, completada depois pelo estudo de um dos autores mais importantes da Lingüística: Noam Chomsky. Começava, como você lembra, o **gerativismo**, uma corrente que procurava, ao mesmo tempo, se tornar uma complementação e uma oposição ao estruturalismo.

Pronto! Você foi até aqui nos estudos lingüísticos no módulo anterior.

Nesta nova disciplina, vamos estudar as demais correntes que surgiram depois do estruturalismo e que procuraram definir outros objetos para o estudo da linguagem.

J. L. Fiorin, em seu livro *Introdução à Lingüística* (veja na bibliografia) afirma que um estudante de Letras precisa conhecer os cinco principais objetos teóricos criados nos séculos XIX e XX: a língua, a

#### **AE** GLOSSÁRIO

**Valor:** É na relação de oposição entre os signos lingüísticos que um termo adquire o seu valor. Por exemplo, o valor da unidade "a" está no fato de "a" não ser "b", nem "c", etc.

competência, a mudança, a variação e o uso. Os três primeiros você viu na disciplina anterior: Saussure definiu a língua; Chomsky, a competência e a mudança fazem parte da Lingüística Histórica, sendo que algumas de suas noções foram apresentadas quando o método histórico-comparativo foi estudado. Já o objeto variação é tratado pela Sociolingüística, disciplina que faz parte do currículo do curso e que será vista em outro módulo.

Finalmente, chegamos ao nosso objeto: o uso. Nesse momento, estamos nos referindo a ele de uma forma bem genérica, pois, de modo restrito, esse é o objeto de estudo de uma corrente denominada Pragmática. Mas, agora, ele diz respeito ao modo de analisar a linguagem em situações em que ela é usada, seja em textos, discursos ou conversas.

Isso significa que, a partir desta disciplina, você vai se apropriar de outros modos de se estudar a linguagem, para que possa trabalhar de forma científica com os fatos da língua, dominando os conceitos teóricos que caracterizam uma determinada corrente e aplicando-os na análise lingüística, nos seus diversos níveis: fonético, fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático e discursivo.

Parece complicado? Realmente, ter uma visão tão geral da diversidade das teorias e saber como aplicá-las na prática é uma tarefa que demanda tempo, dedicação e muitas leituras. Além disso, é necessário que você comece a olhar para a linguagem não mais somente como um usuário, mas que passe a ter curiosidade sobre os fatos da língua, começando a ter o que Fiorin denomina *posição investigativa da linguagem humana*.

É um caminho árduo, sem dúvida, mas fascinante. Esperamos que você possa compartilhar conosco os diferentes modos de se fazer ciência, trabalhando com a língua(gem).

Para isso, estudaremos diferentes escolas lingüísticas, apresentando seus conceitos básicos, na abordagem teórica, ao mesmo tempo em que vamos propor exercícios analíticos, discutindo as técnicas e procedimentos de cada uma delas. Desse modo, se você olhar o programa, verá que trataremos das correntes enunciativas, pragmáticas, textuais, discursivas, tal como lá se apresenta, sendo que a última unidade é a forma que vai estruturar o modo como as estudaremos.

Para isso, vamos estruturar a disciplina em torno de três módulos:

- 1. A ENUNCIÇÃO**
- 2. O TEXTO**
- 3. O DISCURSO**

Ao longo da disciplina, você vai ver detalhadamente cada um deles.

**BEM-VINDO AO MUNDO FANTÁSTICO DO  
ESTUDO CIENTÍFICO DA LINGUAGEM E  
APROVEITE AS DIFERENTES FORMAS DE  
ENTENDÊ-LO.**

## AS CORRENTES LINGÜÍSTICAS

Você viu que, na Introdução, quando apresentamos e situamos a nossa disciplina, falamos todo o tempo em correntes lingüísticas.

Mas o que isso quer dizer?

A melhor explicação para se entender como uma determinada ciência – no nosso caso a Lingüística – delimita objetos diferentes dentro de um mesmo fenômeno – aqui a linguagem -, criando áreas diferentes de estudo está no exemplo dado pelo filósofo M. Bunge, em uma obra sobre a semântica das teorias lingüísticas, na qual ele faz uma distinção entre o objeto-modelo de uma teoria e seu objeto propriamente dito.

Vejamos como o autor mostra a diferença entre eles, vamos reproduzir o exemplo que ele dá: um carro novo é recebido pela revista Quatro Rodas para ser avaliado.

Uma equipe vai analisar a estrutura do carro, vendo as suas partes. Ela desmonta o motor, a direção, os freios, etc., para ver como são esses componentes e como eles se relacionam. Outra equipe leva o carro inteiro para uma pista de provas para determinar suas características: aceleração, frenagem, estabilidade, etc., ou seja, sua interação com o contexto (a pista, o ar, fenômenos diferentes, mas que envolvem um mesmo objeto).

Para o autor, então, o *objeto-modelo* é o conjunto de fenômenos, que envolvendo uma coisa em comum, que é destacado para que se possa estudá-lo. Esses fenômenos costumam variar de uma teoria para outra. Assim, na Lingüística, sabemos que a linguagem verbal, seu objeto propriamente dito, manifesta-se de várias formas e, embora tudo seja da língua, cada teoria vai escolher um modo para estudar – assim, podemos dizer que alguns se interessam pela sua estrutura, pela sua organização interna, outros pela forma como ela se manifesta – seja através da fala, da enunciação, do discurso, do texto. Portanto, todos vão tratar da língua, seja ela falada ou escrita.

Perceba, então: todos estão tratando do mesmo fenômeno: a linguagem; mas, cada grupo define o que estudar nesse conjunto tão amplo, determinando, assim, as diversas teorias (ou escolas, disciplinas, correntes – as denominações são diversas, ainda que se refiram a mesma coisa: uma área delimitada de estudos dentro de uma ciência, que faz o seu recorte e define o seu objeto) que vão focalizar, cada uma, uma parte desse todo.

E o *objeto propriamente dito*? Bunge (veja bibliografia) afirma que ele, o objeto propriamente dito, é a coisa com existência material, ou seja, justamente aquilo cujas características são estudadas através dos fenômenos selecionados. Nesse caso, por exemplo, se nós escolhermos a enunciação como objeto-modelo, teremos que analisar as formas com que ela se manifesta, para poder apreendê-la. Assim, termos que estudar as marcas do sujeito que ficam naquilo que ele enuncia: as formas pessoais do sujeito, quando e onde ele disse algo; marcas essas que ficam expressas no enunciado. Esses fatos lingüísticos (assim como alguns outros que veremos quando estudarmos as correntes enunciativas) somente podem ser entendidos em função do ato de enunciar.

É importante perceber que, no parágrafo acima, nós usamos uma nomenclatura própria, específica da Linguística da Enunciação. Não dissemos *frase*, mas *enunciado*; e *enunciação* está no lugar de *fala*, de *dizer*. Por quê? Porque cada teoria, ao mesmo tempo em que delimita seu objeto, também usa uma nomenclatura própria, renomeando os fenômenos a partir do seu ponto de vista. Esses termos não são sinônimos justamente por isso: cada termo recobre uma forma de ver a linguagem e, por isso também, é importante que eles não sejam confundidos.

Por isso é tão importante estudar as diferentes correntes lingüísticas. Se o fenômeno é sempre o mesmo (a linguagem), o modo de estudá-lo vai ser diferente de uma teoria para outra. É justamente isso que você vai aprender aqui, nesta disciplina: como reconhecer cada uma delas para poder trabalhar com as diversas formas de analisar a sua língua.

## AULA 2

### A ENUNCIÇÃO

#### Objetivo geral:

Entender a enunciação como um dos objetos de estudo da linguagem, caracterizando suas correntes e reconhecendo seus principais teóricos – Jakobson, Benveniste, Bakhtin e Ducrot.

#### Objetivos específicos:

- apreender os principais conceitos de enunciação, de acordo com cada autor;
- compreender as diferenças entre as abordagens da enunciação dos autores citados acima;
- estudar os pontos mais significativos de cada modelo teórico, de modo a reconhecer os termos referentes a cada autor;
- utilizar os conceitos estudados a fim de resolver os exercícios analíticos propostos.

### A ENUNCIÇÃO

O estudo da enunciação, a partir dos trabalhos pioneiros de **É. Benveniste**, alterou radicalmente a Lingüística, no início dos anos 1970. A consideração de que a linguagem não exprime apenas o que é dito, isto é, o conteúdo de uma mensagem, colocou, no âmbito das abordagens lingüísticas, a própria ação de alguém dizer algo a outro. Isso significa dizer que o tratamento do sujeito lingüístico, que havia sido excluído com o estruturalismo, deveria voltar a fazer parte dos estudos da ciência da linguagem.

Você deve lembrar que a Lingüística se constituiu como ciência, a partir do Curso de Lingüística Geral, de F. de Saussure, que definiu a língua como objeto de estudos dessa ciência, estabelecendo o que se costumou chamar a imanência do sistema. Ou seja, estudar a língua através dela mesma e por ela mesma, sem qualquer referência ao uso dessa língua por um sujeito em uma determinada situação – chamada, comumente, contexto. Assim, importava a estrutura de uma determinada língua, seus elementos e as relações diferenciais entre eles.

Logo após, na metade do século XX, Chomsky inaugura uma nova

corrente, o gerativismo, importando-se, agora, com as regras que organizam as estruturas das línguas – não mais uma em particular, mas buscando aquilo que é universal na organização da sintaxe (combinação) dos seus elementos em uma frase. São essas regras que permitem a um falante, a partir da sua competência linguística, engendrar (gerar) todas as formas possíveis de desempenho da linguagem. Para o autor, essa é a faculdade da linguagem, que é inata (ou seja, nasce com o ser humano) e se desenvolve na mente, quando a criança aprende a linguagem, e são os seus mecanismos que devem ser estudados.

Essas duas correntes são, portanto, *formalistas* – isso quer dizer que elas se preocupam somente com a parte formal da linguagem, sem se importar com seu uso em situações reais de interação entre interlocutores. É justamente o papel dos falantes que vai interessar à Linguística da Enunciação, pois para essa teoria, o sujeito, ao falar, deixa marcas que indicam quem fala (eu), com quem fala (tu), onde fala (aqui) e quando fala (agora).

Imagine, por exemplo, entrar em uma sala de aula e encontrar escrito no quadro o seguinte enunciado:

***Estive aqui hoje, mas não te encontrei.***

Veja bem, nesta frase, só podemos entender o *aqui* – é a sala de aula. Mas as demais marcas indicam que alguém quis deixar um recado para outra pessoa num determinado momento. Quem? Para quem? Quando? Não sabemos, porque a enunciação trata justamente dos elementos da língua que somente podem ser compreendidos no momento em que o sujeito fala (ou escreve como no nosso exemplo). Isso quer dizer que, no momento em que enuncia, um sujeito (eu) fala a um interlocutor (tu), em um lugar (aqui), em um momento (agora), e é somente na situação de comunicação em que se pode entender o significado desses termos.

Assim, esses elementos, que pertencem ao quadro formal da língua (eles são, é claro, palavras que estão no dicionário), mas são considerados “*signos vazios*”, que só podem ser preenchidos no momento em que são enunciados, isto é, adquirem sua significação no momento da fala. São chamados de *dêiticos* e são, por excelência, os principais índices da subjetividade, que, ao lado de outras questões como referência e contexto, exigem outras formas de abordagem que não aqueles que se restringiam ao estudo das formas da língua sem relacioná-las ao seu uso na fala. Quer dizer, há termos da língua que não tem por finalidade designar um objeto ou um evento do mundo, mas referem-se a si mesmos – não são referenciais; são auto-referenciais.

Porém, preste atenção: não saímos totalmente do campo da lín-

gua e também não estamos na esfera da fala, propriamente. Por quê?

A Linguística da Enunciação, como de resto qualquer teoria que se abrigue sob o rótulo da Linguística, não pode abrir mão dos elementos que uma determinada língua lhe oferece. São eles que são utilizados na fala. Só que a fala é objeto de outras teorias, como a Sociolinguística e a Análise da Conversação, por exemplo. O que é, então, a enunciação? Embora cada corrente das que formam as chamadas teorias da enunciação tenha a sua própria definição do que seja enunciação, genericamente diz-se que ela é o **ato de produzir enunciados**, ou seja, realizações concretas da linguagem. Em outras palavras, diz respeito a determinados fatos lingüísticos que só são entendidos em função do ato de enunciar.

Até agora, então, nesse domínio temos três termos: um bem amplo – a *enunciação*. O conceito dado acima mostra que, ao considerá-la tão genericamente, ela é também objeto de outras correntes lingüísticas como a Pragmática e a Análise de Discurso, por exemplo, que também tratam da enunciação em seus domínios.

Assim, alguns domínios recorrem ao estudo dos **dêiticos** que, como vimos é o elemento lingüístico que só pode ser entendido em uma situação de interlocução, indicando os seus participantes, o lugar e o tempo em que um enunciado é produzido, Outros elementos da língua, ainda, mostram a linguagem como assumida por um sujeito, pois as marcas deixadas nos enunciados têm a particularidade de remeter à instância em que eles foram produzidos.

Temos, então, os **enunciados performativos** – aqueles que realizam a ação que nomeiam, como ,por exemplo, quando prometemos, ordenamos, juramos, agradecemos, etc. Desse modo, no exemplo

***Eu juro que não disse nada.***

não se está informando alguma coisa, mas se fazendo uma ação, cuja realização depende, inteiramente, da enunciação dessa frase, ou seja, não há como realizar o ato de jurar a não ser enunciando-o. Esse tipo de enunciado faz parte do estudo sobre os Atos de Fala de J. Austin, que será tratado nas teorias pragmáticas.

Alguns **conectores** também “mudam de papel” no momento em que são enunciados. Desse modo, em vez de ligarem orações, estabelecendo os sentidos através dessa conexão, eles não conectam conteúdos, mas os atos de enunciação. Compare os exemplos:

A - *João quer pedir aposentadoria, **mas** lhe falta um ano.*

B - *João quer pedir aposentadoria, **mas** é um segredo.*

**AE GLOSSÁRIO**

**Dêiticos:** São palavras (marcas lingüísticas) que designam, no enunciado, a pessoa que fala, o espaço e o tempo definidos num determinado momento de enunciação.

**AE GLOSSÁRIO**

**Conectores:** Elementos gramaticais responsáveis pela ligação entre os segmentos lingüísticos.

No primeiro caso, vemos que o conector *mas* faz uma ligação entre *aposentadoria* e *faltar um ano*, explicitando que ambas as informações são contraditórias; já no segundo exemplo o que acontece é que a conexão se faz com a informação dada – em B, então, não se coordena *aposentadoria* e *segredo*; mas este é relativo à informação que se deu sobre João requerer aposentadoria.

Do mesmo modo, há certas **negações** que não incidem sobre a proposição negada, mas sobre a própria afirmação. Veja

*O trânsito **não** estava ruim, estava péssimo.*

Temos aqui um exemplo em que o falante não está negando a informação que deu, mas a sua escolha lexical, ou seja, o seu dizer. O que está em questão é a enunciação e não o seu conteúdo.

Finalmente, os denominados **modalizadores** são alguns advérbios que, ao contrário do seu conceito (modificadores de verbos, adjetivos ou outros advérbios), qualificam o próprio ato de dizer. Nos exemplos,

*A - **Sinceramente**, não gostei de sua atitude.*

*B - **Infelizmente**, não posso fazer nada.*

*C - **Francamente**, não vejo como posso ajudá-lo.*

os advérbios de modo não estão modificando nenhum dos termos da frase, mas estão indicando a posição do enunciador: ou ele está falando sinceramente (A); ou sente por algo ou fala com franqueza. Assim, o que se está dizendo não é

*A' - Não gostei de sua atitude de modo sincero.*

*mas,*

*A'' - **Dizendo de modo sincero**, não gostei de sua atitude.*

*ou ainda,*

*B''- **Você desculpe-me pelo que vou dizer**, mas não posso fazer nada.*

*C''- **Dizendo de maneira franca**, não vejo como posso ajudá-lo.*

Esses exemplos, retirados de Fiorin (2002, p. 167-8), demonstram o domínio mais geral da enunciação, tanto é que estão localizados na parte do livro denominada *A linguagem em uso*.

De outra forma, mais especificamente, temos a denominação *teorias da enunciação*, sintagma mais usado quando se quer designar o conjunto das teorias que trabalham com esse domínio em seus estudos; finalmente, a *Linguística da Enunciação* restringe mais o campo, designando as teorias que estudam de forma mais ou menos seme-

lhante o assunto. Flores (2005, p. 08) explica bem essa diferença:

Em suma, falamos em *teorias da enunciação* (no plural) e em *lingüística da enunciação* (no singular) para salientar o fato de que se, por um lado, existe uma diversidade que permite considerarmos mais de uma teoria da enunciação, por outro, verificamos que há traços comuns a todas as perspectivas. Em outras palavras, acreditamos na unidade referencial da expressão *lingüística da enunciação*.

O mesmo autor adverte que o estudo dessas teorias não pode proceder a uma planificação, unificando-as como um campo de saber homogêneo. Para isso, avisa que o trabalho que faz no livro é comparar as teorias, buscando seus pontos em comum, uma vez que apontar as diferenças implicaria em um trabalho mais aprofundado. No seu livro, *Introdução à Lingüística da Enunciação*, Flores enumera, e aborda alguns, autores que têm na enunciação o seu modo de ver a linguagem: Charles Bally, Roman Jakobson, Émile Benveniste, Mikhail Bakhtin, Oswald Ducrot, Jacqueline Authier-Revuz, Antoine Culioli, Katherine Kerbrat-Orecchioni, François Récanati, entre outros. No nosso recorte, estudaremos Jakobson, Benveniste Bakhtin e Ducrot.

## PERSONALIDADE



**Émile Benveniste** (1902 - 1976) foi um lingüista estruturalista francês, conhecido por seus estudos sobre as línguas indo-européias e pela expansão do paradigma lingüístico estabelecido por Ferdinand de Saussure. Iniciou seus estudos na Universidade de Sorbonne com Antoine Meillet, que fora aluno de Saussure. Lecionou na École Pratique des Hautes Études; mais tarde, trabalhou no Collège de France como professor de Lingüística. Nesta época, já havia iniciado suas pesquisas sobre gramática comparada das línguas indo-européias. Em 1961, fundou com Claude Lévi-Strauss e Pierre Gou-

rrou a revista de antropologia *L'Homme*. Permaneceu no Colège de France até 1969, quando se aposentou devido a problemas de saúde. No início de sua carreira, suas pesquisas eram conhecidas apenas em um pequeno círculo acadêmico, por tratar-se de um trabalho altamente técnico e especializado. A publicação de sua principal obra, *Problèmes de linguistique générale* (*Problemas de Lingüística Geral*), fez com que tivesse um reconhecimento muito mais amplo. Os dois volumes de seu trabalho foram publicados em 1966 e 1974, respectivamente. Os livros apresentavam, além do rigor técnico, um estilo acessível ao público leigo, e consistiam de uma seleção de vários artigos escritos ao longo de mais de vinte e cinco anos. No Brasil, as traduções dos dois volumes são de 1988 e 1989. Benveniste estudou a linguagem humana, as línguas e seus discursos, em sua interação com a cultura e a sociedade; descreveu sua estrutura e funcionamento, sem esquecer de integrar sua mu-

dança e sua inserção no eixo da história. Dessa forma, manteve-se distante de escolas e correntes particulares, assegurando, com tal independência, a atualidade de seu pensamento. Já existia, subjacente a sua obra, uma concepção da Lingüística como ciência interdisciplinar; perspectiva desenvolvida, posteriormente e até nossos dias, por muitos lingüistas, semioticistas e estudiosos das questões da linguagem.

Fontes de pesquisa:

KRISTEVA, J.; MILNER, J.C.; RUWET, N. *Língua, discurso, sociedade*. São Paulo: Global Editora, 1983.

Enciclopédia Wikipédia

## AULA 3

### ROMAN JAKOBSON – DA COMUNICAÇÃO À ENUNCIÇÃO

**Jakobson** é um dos autores mais profícuos da Linguística moderna. Seu interesse, que começa na Rússia, no Círculo Lingüístico de Moscou, inicialmente na Poética, atravessa todos os campos no qual a linguagem está presente: literatura, cinema, sons (fonética/fonologia), comunicação, usos de uma língua por povos de diferentes culturas, dificuldades de articulação da linguagem (as afasias), entre outros. Sua necessidade era compreender a linguagem em toda a sua extensão, como afirma Machado (2001).

Dentre as várias contribuições de Jakobson ao estudo da linguagem, sem dúvida, uma das mais importantes é o seu desenvolvimento das funções da linguagem, isto é, o estudo da estrutura orientado pelas diferentes funções do ato comunicativo. Seu interesse devia-se ao fato que, se a pintura deve se concentrar na estrutura pictorial, a Poética precisa estudar a estrutura verbal, campo da Linguística, ainda que os traços poéticos estejam presentes em todas as categorias de signo, em um contexto mais amplo, o da semiótica geral.

Portanto, é para definir a função poética que Jakobson delimita as demais funções da linguagem, em um esquema que foi muito estudado, no Brasil, desde a década de 70: a linguagem, cuja função é a transmissão de informações pressupõe um **remetente** que envia uma **mensagem** a um **destinatário**. Mas, para essa mensagem ser transmitida com eficácia, são necessárias algumas condições:

a) um **contexto** apreensível pelo destinatário - ou seja, um referente, aquilo a que se faz referência, o conteúdo. São as informações que fazem referência à realidade na qual estão inseridos o emissor e o receptor e que estão em evidência na mensagem. Na prática da linguagem, as informações quase nunca se limitam ao conteúdo em si; para se compreender adequadamente uma frase é necessário que se recorra a informações proferidas anteriormente (contexto lingüístico) ou a dados referentes ao local e ao momento da informação ou ainda ao tipo de relação entre os interlocutores (situação extralingüística). Assim, uma frase como

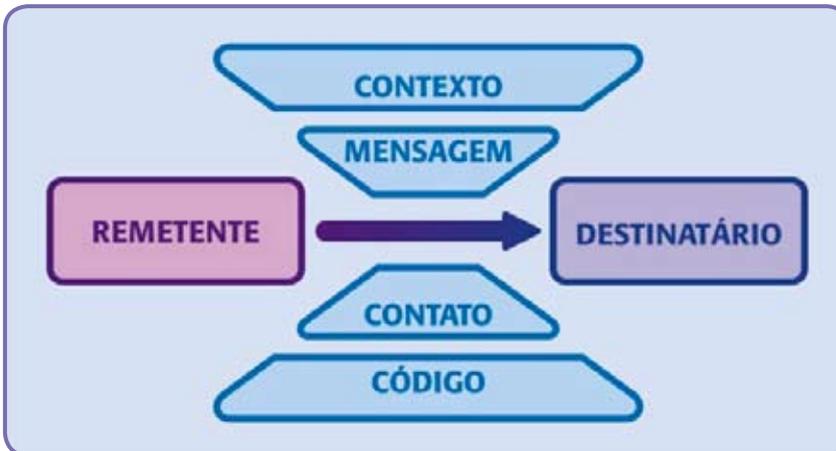
*Passei muitos exercícios na aula de hoje.*

para ser interpretada precisa de uma série de conhecimentos que permita que seu conteúdo seja apreendido. Os falantes têm, por exemplo, um conhecimento anterior que lhes possibilita entender o sintagma “aula de hoje”, na medida em que sabem que aulas são eventos diários e que exercícios são passados em aula para que os alunos compreendam e fixem o assunto. Mesmo não explícitas na frase, essas informações são evocadas pelo destinatário no momento da decodificação e, sem elas, não se chegaria a uma interpretação adequada, como aponta Martelotta (2008). Em uma noção mais ampla de contexto, na qual o termo diga respeito a todas as informações referentes às condições de produção de uma mensagem (o emissor, o receptor, o tipo de relação entre eles, o local, a situação, etc.), a sua compreensão dependeria ainda dessas condições. Desse modo, o sentido da frase seria diferente se proferido por um professor de português ou de educação física; ou assumiria uma significação diferente em um dia normal de aula, ou antes, de uma prova, por exemplo.

b) um **código** comum ao remetente e ao destinatário, um conjunto de sinais ou signos convencionados que promovam a comunicação entre as pessoas. Como exemplo de código, temos as línguas, como o português, em suas modalidades escrita e falada. Mas, há ainda outros códigos, como a língua de sinais, a sinalização de trânsito, os gestos, etc., que também permitem que a comunicação aconteça. Para que a comunicação ocorra é preciso que esse código seja parcial ou totalmente comum ao remetente e ao destinatário, pois códigos diferentes impedem a comunicação, a não ser que ela se estabeleça por outro código que não o verbal – podemos ver isso quando falantes de línguas diferentes tentam se comunicar, utilizando, para isso, gestos para indicar o que querem dizer.

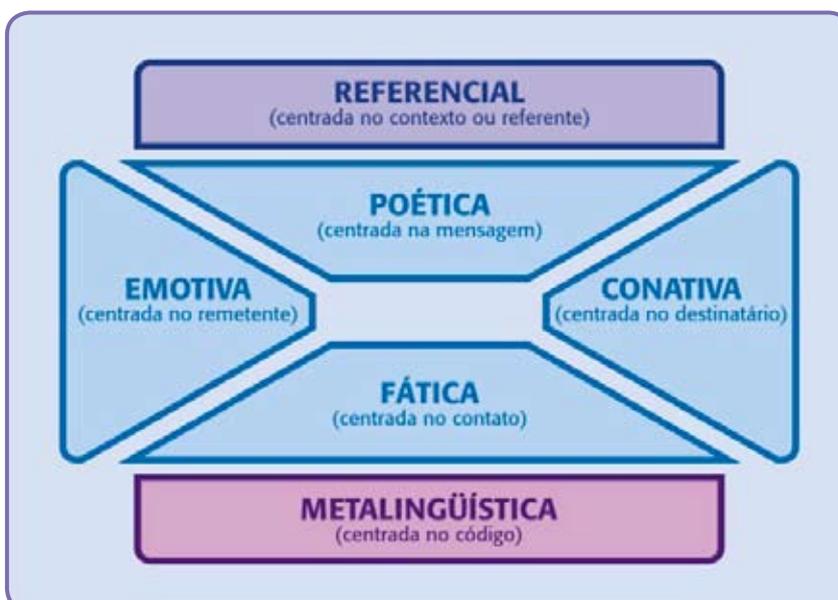
c) um **contato**, ou seja, um canal físico e uma conexão psicológica entre eles, que possibilite a mensagem, capacitando-os a entrar e a permanecer em comunicação. Em relação ao “canal”, consideramos que, no caso da comunicação verbal entre interlocutores que estão um em presença do outro, o ar, no qual as ondas sonoras se propagam, é o canal transmissor. Já quando eles estão distantes, outros canais são necessários, como o telefone ou o e-mail, por exemplo. Por outro lado, se a comunicação é, essencialmente, uma atividade cooperativa, é fundamental um interesse comum que crie uma conexão psicológica entre os participantes, pois um remetente não pode passar uma informação a quem não tem interesse em ouvi-la (ou ler). Sem essa conexão, a informação ficaria prejudicada.

Assim, os elementos constitutivos de todo ato de comunicação são:



Com base nos elementos constitutivos do ato de comunicação, Jakobson propôs as seis funções da linguagem, a partir do esquema triádico do psicólogo alemão K. Bühler que considerava, ao lado da representação como aspecto intelectual da linguagem, um não-intelectual, dividido em um esforço de chamar a atenção do ouvinte – apelo – e um modo de expressão do mundo íntimo emocional do falante – expressão. O esquema do autor implica o mundo (conteúdo do qual se fala), o locutor (aquele que fala) e o destinatário (aquele com quem se fala). Desse modo, um enunciado lingüístico centra-se em três funções: é um ato de significar algo (representação – função representativa) por alguém (o locutor – função apelativa) a outro alguém (o destinatário – função expressiva).

Jakobson retoma essas funções, denominando-as referencial, expressiva e conativa e acrescenta as funções metalingüística, poética e fática. Cada uma, segundo o autor, enfatizando um dos elementos do processo de comunicação que ele havia proposto, conforme o esquema abaixo:



Vamos ver cada uma delas abaixo:

**1) FUNÇÃO REFERENCIAL, informativa ou representativa:** a mensagem enfatiza a transmissão de informações do remetente ao destinatário, centrando-se no contexto, pois tem como objetivo transmitir conhecimento referente a pessoas, objetos ou acontecimentos. Ou seja, os textos com função referencial são aqueles que visam à transmissão objetiva de informações sobre o contexto ou referente. Exemplos desses textos são as notícias de jornal e os textos científicos, que procuram produzir dois efeitos de sentido: objetividade e de realidade. Para isso, empregam, principalmente, o uso da 3ª pessoa, apresentam qualidades objetivas ou concretas, citam nomes próprios e usam estratégias argumentativas lógicas (provas, demonstrações, etc.). Não são usados comumente adjetivos subjetivos como “lindo” ou “horroroso”, por exemplo, ou modalizadores como “eu acho”, “eu quero”, entre outros. Tem-se, então, nesses textos, uma tentativa de apagamento ou de distanciamento do sujeito e da realidade por meio do uso dessas estratégias. Outro exemplo típico de texto centrado nessa função é a bula de remédio, na qual a prioridade está no conteúdo informado e não no ponto de vista sobre a informação.

**2) FUNÇÃO EMOTIVA ou expressiva:** na mensagem, há a exteriorização da emoção do referente em relação ao que ele fala; por isso, é uma função centrada no próprio referente. Aparece nos textos empregados em 1ª pessoa ou que apresentam qualidades subjetivas (adjetivos como “fantástico”, “medonho”, etc.), que possuem advérbios de modo, usam modalizadores relacionados ao saber (“eu acho”, por exemplo), ou ainda utilizam recuos prosódicos de prolongamento de vogal, pausas, acentos enfáticos, hesitações, interjeições, exclamações. Tais procedimentos criam efeitos de subjetividade e de emotividade ou de presença ou proximidade de um sujeito que relata não propriamente os fatos, mas seu ponto de vista sobre eles, seus sentimentos e emoções a respeito dos acontecimentos, ou seja, um envolvimento do falante com a situação. Qualquer texto cuja interjeição predomine, como o caso em que se fala um palavrão, é exemplo de uma mensagem centrada na função emotiva.

**3) FUNÇÃO CONATIVA ou apelativa:** aparece como predominante em textos que procuram influenciar o comportamento do destinatário, na qual está centrada, já que este é o alvo da informação. Há a predominância do uso da 2ª pessoa, do imperativo, do vocativo, da modalização dêontica (dever), de estruturas de perguntas e respostas. Os efeitos de sentido produzidos são o de interação com o destinatário.

rio, a quem se procura convencer ou persuadir, esperando-se, como resposta, atitudes ou comportamentos lingüísticos ou não. Exemplos de textos com função conativa são as propagandas, que objetivam convencer o público a comprar um produto, votar em um determinado político ou agir de determinada forma.

**4) FUNÇÃO FÁTICA:** quando se inicia, interrompe-se ou se prolonga a comunicação, o uso da linguagem está centrado no canal, pois não se tem como objetivo a comunicação propriamente. Um exemplo típico desse tipo de função está na conversa telefônica, na qual o termo “Alô” inicia a conversação, que continua com outros como “sim”, “está ouvindo?”, etc., utilizados para que a comunicação se prolongue, demonstrando a preocupação de testar o contato ou checar o recebimento da mensagem, mantendo o contato. Esses textos usam principalmente procedimentos prosódicos de pontuação da fala para manter o contato físico e/ou psicológico entre os usuários.

**5) FUNÇÃO METALINGÜÍSTICA:** quando se usa a linguagem para falar da própria linguagem. A linguagem está, então, centrada no código, utilizando-se procedimentos como os verbos de existência (ser, parecer) ou de existência da significação (significar, ter o sentido de), geralmente esses verbos estão no presente do indicativo, em orações predicativas de definição (“x é y”). Cria-se o efeito de sentido de circularidade da definição e da comunicação, pois é a linguagem falando da linguagem que define os textos com essa função. Como exemplo, podemos citar os verbetes dos dicionários, que usam palavras para definir o significado das próprias palavras.

**6) FUNÇÃO POÉTICA:** predomina o enfoque na mensagem e em sua forma, ou seja, a mensagem se volta para si mesma. Os textos com essa função empregam procedimentos no plano da expressão (diferentes formas de reiteração de sons: traços dos fonemas, sílabas, ritmos, entonações, etc.). Para Jakobson, a função poética consiste na projeção do **eixo da seleção** sobre o **eixo da combinação**, ou seja, é resultado de duas rupturas: (1) em relação ao plano da expressão que não expressa de forma transparente o conteúdo, mas chama atenção como expressão opaca, como sonoridade, ritmo, entonação; (2) em relação aos eixos de organização da linguagem, o paradigmático e sintagmático, definidos, respectivamente, como eixo das contigüidades, em que se opera a combinação, pois esse tipo de texto vai combinar, no sintagma, elementos similares, próprios do paradigma. Desse modo, “os efeitos de sentido são, portanto, o de coisa extraordinária, de novidade, graças à ruptura ou subversão da ‘normalidade’, o de

## **AE** GLOSSÁRIO

**Eixo de seleção:** Trata-se das escolhas (seleções) dos elementos lingüísticos presentes no código da língua que são feitas por todo locutor.

**Eixo de combinação:** Refere-se à combinação dos elementos lingüísticos que foram selecionados pelo locutor. Na mensagem produzida, as unidades lingüísticas são encadeadas de forma linear no discurso.

estesia ou de perfeição, decorrente da superexposição dos dois eixos de funcionamento da linguagem e de aproximação entre expressão e conteúdo; o de continuidade ou de apagamento das diferenças, tanto entre sintagma e paradigma quanto entre expressão e conteúdo” (PESSOA DE BARROS, 2002, p. 38). Convém ressaltar que a função poética não ocorre apenas na poesia; muitos textos publicitários recorrem a essa função para construir seus textos.

A teoria das funções da linguagem somente pode ser considerada um estudo de enunciação, de acordo com Flores (2005), na medida em que Jakobson é um dos primeiros autores a sistematizar um modelo que inclui a atividade de fala e um sujeito falante, em se considerando as funções da linguagem como representações lingüísticas daquele que fala. Mas, é com o estudo dos *shifters* que o autor sistematiza um estudo enunciativo da linguagem, ao tratar de elementos da linguagem que funcionam como símbolos-índices. Isso quer dizer que código e mensagem podem ter funcionamento desdobrado, ou seja, serem tratados como objeto de emprego ou como objeto de referência. O pronome “eu”, por exemplo, tanto remete ao código quanto à mensagem. No primeiro caso, há, em qualquer língua, um elemento lingüístico de mesmo sentido que representa “eu”, como “je”, “ego”, “ich”, “I”, etc. dos quais “eu” é símbolo. No segundo, o signo “eu” somente pode representar seu objeto se estiver em uma relação existencial com esse objeto; nesse sentido, a palavra “eu” designa o enunciador e está em uma relação existencial com a enunciação, na qual funciona como índice. Jakobson considera que há uma significação própria aos *shifters*, pois “eu” designa o destinador e “tu” o destinatário da mensagem a qual pertence. Assim, os pronomes pessoais são símbolos-índices em que o código e a mensagem se entrelaçam.

É a partir do estudo dos *shifters* que Benveniste desenvolve o seu quadro de pronomes, redefinindo-os como dêiticos, iniciando seus estudos enunciativos.

## **AE** GLOSSÁRIO

**Shifters:** Unidades gramaticais (do código lingüístico) que remetem à mensagem e que pertencem à classe dos símbolos-índices. O signo “eu” pertence a essa classe: é tanto um símbolo, porque é um elemento do código lingüístico (arbitrário e reconhecido pelos falantes como tal), quanto um índice, já que indica a pessoa que fala, que enuncia.

## **i** PERSONALIDADE



**Roman Osipovich Jakobson** (1896 - 1982) foi um pensador russo que se tornou um dos maiores lingüistas do século XX e pioneiro da análise estrutural da linguagem, poesia e arte. Sua vida foi baseada no conhecimento, e principalmente em espalhar o conhecimento pelo mundo, sempre comparando culturas para que elas pudessem ter um sentido que foi o início de suas teorias. Conseguiu transformar conceitos que até hoje são seguidos. Acima de tudo se manteve firme diante de regimes cruéis, o que o levou a se refugiar em diferentes países da Europa e, após, Estados Unidos. Jakobson encontrou no

poema “O Corvo”, de Edgar Allan Poe, um dentre os terrenos privilegiados para expor suas investigações. Dentre as inúmeras engenhosas figurações de som-sentido (consecução do sentido no desenho material do som) que Jakobson evidencia no tecido do poema, cumpre por em evidência aquela que se tornou célebre por seu caráter exemplar dos procedimentos poéticos utilizados por Poe. O Corvo (Raven) repete, ao longo do poema, no lamento monótono do refrão, a expressão Nunca mais (Never more). Ora, raven (RVN), demonstra Jakobson, é a inversão fonológica perfeita de Never (NVR). Nessa medida, a palavra Never, desolado refrão que o pássaro imutavelmente repete, constitui numa imagem invertida da própria palavra Raven (Corvo). O corvo não podia dizer outra coisa, senão virar seu próprio nome pelo avesso. No Brasil, sua obra mais conhecida é *Lingüística e Comunicação* publicada em 1971. Foi chamado de “o poeta da lingüística” pelo poeta e tradutor brasileiro Haroldo de Campos.

Fonte de consulta:

Enciclopédia Wikipédia

## AULA 4

### ÉMILE BENVENISTE – ENUNCIÇÃO E (INTER) SUBJETIVIDADE

Benveniste é considerado o “pai” da abordagem enunciativa na lingüística. O autor produziu uma série de artigos sobre diversos temas relativos à linguagem, o que permite que se divida sua obra em três eixos: os estudos estruturalistas, uma série de textos nos quais se dedicou a divulgar e explicar a obra saussuriana; os trabalhos histórico-comparatistas; e um conjunto de textos, cujo primeiro é de 1946 e o último de 1970, sobre a possibilidade de o sistema lingüístico considerar os fenômenos da enunciação, inaugurando uma forma diferente de pensar a linguagem.

São esses últimos que nos interessam aqui. São longos anos em que o autor escreveu sobre o assunto, sendo que a reunião desses artigos está publicada em duas obras: *Problemas de Lingüística Geral I* e *Problemas de Lingüística Geral II*.

Na verdade, seu objetivo sempre foi o de estudar o sentido, mas, nesse estudo, ele sempre encontrava o sujeito. Para ele, duas questões eram essenciais à Lingüística: (1) o que deve ser descrito sob o nome de língua; (2) como resolver o problema da significação, uma vez que, se a linguagem diz algo, o que é esse “algo” para o qual se articula a língua (CARBONI, 2008). Fiel seguidor de Saussure, Benveniste procurou, então, dar um lugar ao que havia sido excluído pelo mestre nos estudos da linguagem, sem abrir mão do formalismo estruturalista, ou seja, pensar sujeito e estrutura articulados.

Mas, como fazer isso?

Em um primeiro momento, Benveniste articula dois modos de significação da linguagem: o semiótico e o semântico. Veja o quadro, inicialmente, com as diferenças entre ambos:

MODOS DE SIGNIFICAÇÃO

	<b>SEMIÓTICO</b>	<b>SEMÂNTICO</b>
<b>NÍVEL</b>	intralingüístico	extralingüístico
<b>UNIDADE</b>	signo	palavras que se organizam na frase
<b>ORGANIZAÇÃO</b>	paradigmática	sintagmática
<b>CRITÉRIO</b>	língua como estrutura	língua como forma de comunicação
<b>FUNÇÃO</b>	significar	comunicar
<b>SENTIDO</b>	resulta do valor diferencial dos signos e dos traços distintivos dos fonemas	resulta da atividade do locutor que coloca a língua em ação, transformando-a em discursos
<b>MODELO DE ANÁLISE</b>	estrutural – delimitar os elementos através das ligações que os unem	enunciativo – analisar o discurso através das palavras e frases usadas pelo locutor
<b>RELAÇÃO</b>	segmentação e substituição	Conexão
<b>OPERAÇÃO</b>	reconhecer o signo	compreender o signo no seu uso por um sujeito, ou seja, o discurso
<b>REFERÊNCIA</b>	ausente	à situação de enunciação

Definindo os dois níveis, Benveniste coloca-se contra os lingüistas que simplificavam o problema da relação *forma:sentido* à primeira, ainda que não conseguissem livrar-se do segundo. Para ele, os dois níveis devem se integrar e se articular em toda a extensão da língua, pois as suas relações estão implicadas na própria estrutura dos níveis e nas funções que a eles correspondem. Diz o autor: “Forma e sentido aparecem assim como propriedades conjuntas, dadas necessária e simultaneamente inseparáveis da língua” (BENVENISTE, 1995, p. 136).

Resumindo, pode-se dizer que Benveniste aceitava a língua enquanto estrutura formal, ou seja, não rejeitava totalmente o formalismo lingüístico, mas ela deveria ser analisada em diferentes níveis, pois o sentido é uma condição indispensável para se poder compreendê-la em sua totalidade. É nesse sentido que o estudo da significação procura manter a noção de sistema; este, no entanto, tem paradigmas próprios para a constituição da subjetividade.

O autor parte, então, da descrição da língua, levando em consi-

deração que ela tem formas que marcam o sujeito quando ele fala. A subjetividade é, portanto, uma questão lingüística, pois o ser humano só pode constituir-se como sujeito na e pela linguagem. Cada locutor, ao tomar a palavra, institui-se como sujeito do seu dizer, qualificando-se como eu no seu discurso; por outro lado, e ao mesmo tempo, institui o outro, aquele com quem fala, designando o tu de um ato de linguagem. Essas posições são, além de complementares, reversíveis, pois o tu, ao tomar a palavra, transforma-se no eu do discurso.

A relação *eu/tu* foi denominada por Benveniste como *correlação de subjetividade*, oposta ainda à *correlação de personalidade*, na qual as duas primeiras pessoas (eu e tu) distinguem-se da terceira (ele).

Mas, o que isso quer dizer?

Para se estabelecer uma teoria lingüística da pessoa verbal, é preciso, inicialmente, definir quem podem ser pessoas no/do discurso. Nesse sentido, como vimos acima, somente o *eu* e o *tu* cumprem essa exigência, pois no momento em que alguém fala, torna-se o *eu*, o sujeito da linguagem, instaurando o *tu*. O ele é uma não-pessoa, ou seja, não pode tornar-se sujeito porque é destituído do traço de pessoa. A correlação de personalidade permite, então, separar *eu-tu* (as pessoas) de ele (a não-pessoa). Isso porque eu e tu são únicos; ele, não; *eu* e *tu* são reversíveis, trocam de posição – entre *eu-tu* e ele a reversão é impossível.

Mas, com essa separação, Benveniste resolve apenas metade do problema, pois uma questão se coloca: como opor eu a tu? Surge daí a outra correlação, a de subjetividade. Com ela, o autor opõe a pessoa-eu da pessoa- não eu. Somente o eu pode ser definida como pessoa subjetiva porque é interior ao enunciado e transcendente em relação ao tu que, sem essas propriedades, define-se como pessoa não subjetiva.

Aparece, então, a noção de subjetividade, um traço lingüístico que serve, inicialmente, apenas para opor *eu* a *tu* no interior da correlação de pessoalidade. Depois, a diferença entre eles estará ligada ao processo de enunciação da linguagem. É quando Benveniste contrapõe o *nome* ao *pronome eu*: enquanto os primeiros implicam sempre significações constantes, objetivas, atualizáveis em objetos singulares, sem nunca alterar aquilo que representam, o mesmo não acontece com o segundo.

Veja: eu é sempre singular e, se implica uma realidade é a realidade de discurso, pois é definido pela locução, cada vez única, onde é proferido, refletindo o seu próprio emprego. Por isso,

O seu papel consiste em fornecer o instrumento

de uma conversão, a que se pode chamar a conversação da linguagem em discurso. É identificando-se como pessoa única pronunciando eu que cada um dos locutores se propõe alternadamente como 'sujeito'. Assim, o emprego tem como condição a situação de discurso e nenhuma outra. Se cada locutor, para exprimir o sentimento que tem da sua subjetividade irreduzível, dispusesse de um 'indicativo' distinto (...), haveria praticamente tantas línguas quanto indivíduos e a comunicação se tornaria estritamente impossível. A linguagem previne esse perigo instituindo um signo único, mas móvel, eu, que pode ser assumido por todo locutor, com a condição de ele, cada vez, só remeta à instância do seu próprio discurso. Esse signo está, pois, ligado ao exercício da linguagem e declara o locutor como tal. É essa propriedade que fundamenta o discurso individual em que cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira. (...) Quando o indivíduo se apropria dela, a linguagem se torna em instâncias de discurso, caracterizadas por esse sistema de referências internas cuja chave é eu, e que define o indivíduo pela construção lingüística particular de que ele se serve quando se enuncia como locutor. (BENVENISTE, 1995, p. 280-1).

É a partir dessa longa citação do autor que se pode compreender todos os indicadores da linguagem denominados dêiticos, ou seja, uma série de indicadores de natureza pronominal, adverbial e adjetiva que somente podem ser definidos em relação à instância de discurso da qual emergem. São eles os principais agentes da conversão da linguagem em discurso, através da enunciação. A noção de subjetividade é o que permite chegar à linguagem em uso, em exercício.

Em decorrência disso, Benveniste defende a idéia de que a linguagem funda a subjetividade. Em um de seus artigos mais famosos, **Da subjetividade na linguagem**, define: "é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito", ou seja, "a subjetividade é a capacidade de o locutor se propor como 'sujeito'". (p. 286). Para isso, a subjetividade deverá ser fundada a partir de traços lingüísticos, que não pertencem a uma língua em particular, mas são categorias elementares, independentes de toda a determinação cultural e que preexistem ao indivíduo particular que os usa. São eles:

- a) Os pronomes pessoais;
- b) Os indicadores da dêixis (demonstrativos, advérbios, adjetivos,

formas lingüísticas definidas nas instâncias lingüísticas relacionadas a *eu*);

c) A temporalidade (cujo eixo é o presente, o tempo me que se fala);

d) Os verbos modalizadores (por exemplo, crer, achar, supor, presumir, que, quando empregados na primeira pessoa, demonstram a atitude do sujeito a respeito do que enuncia);

e) Os verbos performativos (como, por exemplo, jurar, prometer, batizar) que não designam um fato, mas uma ação, isto é, são verbos com os quais se faz algo, através da enunciação.

Separam-se, portanto, os elementos que pertencem à instância do discurso daqueles pertencentes à sintaxe. Os primeiros, por somente terem existência lingüística quando são usados, têm como função promover a comunicação intersubjetiva. Tal constatação é relevante na medida em que Benveniste é conhecido como o autor da subjetividade, sendo que, muitas vezes, ignoram-se, em sua obra, idéias como interação, intersubjetividade e diálogo.

Segundo Flores (2005), Benveniste é bastante claro em distinguir entre o que é de ordem da língua – a subjetividade – e o que é da linguagem – a intersubjetividade. Se a linguagem é a condição da existência do homem, sempre em relação a outro homem (nas palavras do autor: *condição de diálogo*), ela é a condição de sua existência. Ou seja, a intersubjetividade é condição da subjetividade, assim como a linguagem é condição da língua, e o sujeito, para se propor como tal, tem de estar constituído pelo outro.

É no artigo **O aparelho formal da enunciação** que Benveniste conclui seu percurso em direção ao discurso, diferenciando as condições de emprego das formas, cuja consideração é meramente a descrição gramatical, das condições de emprego da língua, outra maneira de descrever e de interpretar essas formas, a partir de um mecanismo que afeta a língua inteira. Ou seja, o que ele propõe, então, é descrever as condições de emprego da língua, considerando o próprio ato de enunciar, as situações em ele se realiza e os instrumentos de sua realização. Assim, a lingüística da enunciação parte de uma lingüística da forma, incluindo no seu objeto de estudo a enunciação – “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82).

Segundo Flores (op. cit.), com essa afirmação, o autor separa o ato – objeto de estudo da lingüística da enunciação – do seu produto – o discurso, pois enunciar é transformar a língua em discurso. O ato é o próprio fato de o locutor se relacionar com a língua, por meio de determinadas formas lingüísticas características da enunciação, tendo

como parâmetro um locutor e um alocutário. Desse modo, é a enunciação que instaura o outro, ao se empregar a língua.

O aparelho formal da enunciação é, então, o “dispositivo” que as línguas possuem para que possam ser enunciadas, é ele que marca a subjetividade na estrutura das línguas. Benveniste afirma que antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua; é somente depois da enunciação que ela é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor e suscita uma enunciação de retorno.

Com a enunciação apagam-se as fronteiras entre língua e fala, pois os elementos que as compõem pertencem tanto a uma como a outra – a enunciação instaura um nível que não se reduz nem à língua nem à fala, mas que as constitui.

## AULA 5

### MIKHAIL BAKHTIN – ENUNCIÇÃO, DIALOGISMO E ALTERIDADE

Assim como É. Benveniste, **M. Bakhtin** enfatizou que é a relação dos sujeitos com a língua que determina a enunciação e marca materialmente a presença da subjetividade no discurso. Pela enunciação, Bakhtin recupera o sujeito para o discurso e institui um processo de intersubjetividade no qual a identidade é um reconhecimento desse sujeito através do outro.

Ainda que o estudo de sua obra tenha iniciado no âmbito da Literatura, a importância de Bakhtin não alcança somente a teoria literária, mas toda a Linguística. Seus trabalhos são relevantes para a compreensão de como se efetua a produção da significação no funcionamento dos discursos da vida cotidiana, aqueles que se relacionam diretamente com a situação em que são produzidos, identificando-se neles, mais facilmente, a natureza social da linguagem. Para ele, a linguagem é uma prática social cotidiana que envolve a experiência do relacionamento entre sujeitos. Essa experiência é parte integrante do sentido do dizer.

Já no final dos anos vinte, o autor defendia a necessidade de uma teoria lingüística da enunciação como único meio de dar conta da compreensão real das formas sintáticas. Em sua opinião, as análises sintáticas dos elementos do discurso constituem análises do corpo vivo da enunciação (pois) as formas sintáticas são as que mais se aproximam das formas concretas da enunciação, além de estarem ligadas às condições reais da fala (Bakhtin, 1929, p. 139). A partir de então, ele passou a estudar as formas sintáticas que representavam, no interior de um discurso, o discurso de outros via discurso relatado e suas variantes, discurso direto, discurso indireto, etc.

Antecedendo em décadas certas reflexões das teorias modernas da linguagem, o filólogo russo pregava a necessidade de encontrar um elo entre a forma material exterior e o elemento semântico-ideológico interior que os mantivesse em equilíbrio. Nesse sentido, criticou quem pregava a exclusividade de um dos elementos em detrimento do outro: o formalismo contra o ideologismo (conteudismo). O elemento de ligação entre a forma e o sentido seria a enunciação, trabalhada como substância da língua. Com isso, Bakhtin supera a dicotomia forma-conteúdo e integra a experiência social à organização lingüística.

A linguagem, para Bakhtin, é uma prática social que tem na língua

a sua realidade material, entendida não como um sistema abstrato de formas lingüísticas à parte da atividade do falante, mas como um processo de evolução ininterrupto, constituído pelo fenómeno social da interação verbal, realizada através da enunciação, que é a sua verdadeira substância. Diferentemente de Saussure, o autor russo valoriza a fala, que não é individual, mas social e está estreitamente ligada à enunciação, já que o momento da enunciação, instaurando a intersubjetividade, instaura também a interação.

Defendendo a natureza social e não individual da linguagem, ele situou a sua realidade material - língua -, bem como aos indivíduos que a usam, em um contexto sócio-histórico, pois a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam da mesma forma que, através deles, a vida penetra nela. Ao veicular concepções de mundo, a linguagem torna-se um lugar de confrontos ideológicos. A palavra é o fenómeno ideológico por excelência, pois carrega uma carga de valores culturais que expressam as divergências de opiniões e as contradições da sociedade, tornando-se assim um palco de conflitos. Ela, no entanto, não pertence a ninguém, estando a serviço de qualquer ser humano e de qualquer juízo de valor, pois “Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida” (BAKHTIN, 1929, p. 95).

O signo lingüístico tem, pois, uma pluralidade social que se refere ao seu valor contextual. O fato de diferentes grupos sociais empregarem o mesmo sistema lingüístico faz com que as palavras manifestem valores ideológicos contraditórios, tendo o seu sentido firmado pelo contexto em que ocorrem. É a situação social imediata a responsável pelo sentido.

Outra característica do signo bakhtiniano, ligada à anterior, é a mutabilidade, uma vez que como reflexo das condições do meio social, a palavra é sensível às transformações na estrutura social, registrando todas as mudanças. As palavras estão presentes em todas as relações sociais e são tecidas a partir de uma infinidade de fios ideológicos; portanto, elas serão sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais.

Inovando todos os estudos sobre a questão da pluralidade semântica das palavras nos discursos, Bakhtin analisa a vida da palavra, sua passagem de um locutor a outro, de um contexto a outro, de uma coletividade social, de uma geração a outra e as vê como unidade mi-

gratória entre discursos, sem desvincularem-se jamais de seu trajeto interdiscursivo anterior.

O verdadeiro interesse do autor, no entanto, não é o sistema, mas a linguagem enquanto uso e em interação social. Nesse contexto, a enunciação seria, precisamente, o momento do uso da linguagem, processo que envolve não apenas a presença física de seus participantes como também o tempo histórico e o espaço social de interação. Sua crítica à Linguística, enquanto teoria da abstração - língua -, foi sempre neste sentido: o de faltar a ela uma abordagem da enunciação, que desse conta do que, no seu entender, era o discurso, ou seja, a linguagem em sua totalidade concreta e viva. O objeto de estudo do autor é a enunciação, não apenas como realidade da linguagem, mas também como estrutura sócio-ideológica. A enunciação não parte de um sujeito individual, considerado isoladamente, mas é produto da interação de indivíduos socialmente organizados e do contexto da situação social complexa em que aparece. Sendo a enunciação a marca de um processo de interação entre sujeitos, já que a palavra tem duas faces, isto é, parte de alguém com destino a outro alguém, Bakhtin institui o princípio dialógico para o estudo de seu objeto.

A base do princípio dialógico é a filosofia do diálogo que, afirmando a palavra como dialógica, estabelece a relação "entre" os seres humanos e funda a experiência da intersecção, ou interação. Para essa filosofia, o homem não é um ser individual, mas uma relação dialógica entre eu-tu. O "tu" é condição de existência do "eu", pois a realidade do homem é a realidade da diferença entre um "eu" e um "tu". O "eu" não existe individualmente, senão como abertura para o outro. Origina-se aí a constituição do par fundador - eu-outro.

Para Bakhtin, o fundamento de toda a linguagem é o dialogismo, essa relação com os outros, pois a vida é dialógica por natureza e viver significa participar de um diálogo, já que tudo o que diz respeito ao sujeito vem do mundo exterior por meio das palavras das outras pessoas. Todo enunciado é apenas um elo de uma cadeia infinita de enunciados, um ponto de encontro de opiniões e visões de mundo. Nessa rede dialógica que é o discurso, instituem-se sentidos que não são originários do momento da enunciação, mas que fazem parte de um continuum. "Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais ele é o primeiro a nomear" (Bakhtin, 1979, p. 319).

Por isso, é necessário pensar sempre no ser humano em relação aos (e com) outros seres humanos e afirmar que o indivíduo é social e somente constitui-se verdadeiramente humano na relação viva, ou seja, cotidiana e social, com as outras pessoas, uma vez que "a experiência verbal individual do homem toma forma e evolui sob o efeito

da interação contínua e permanente com os enunciados individuais do outro” (Bakhtin, 1979, p. 313). O fenômeno social da interação é repetimos a realidade fundamental da linguagem, realizando-se como uma troca de enunciados na dimensão de um diálogo e através da enunciação.

É importante atentar para o significado de diálogo em Bakhtin como um princípio geral de comunhão solidária e coletiva, mas sem passividade, da linguagem e não apenas como a comunicação ou a troca de opiniões face-a-face entre parceiros. Também é preciso frisar que o grande mérito de Bakhtin, ao introduzir o sujeito e seu contexto social via dialogismo interativo, foi trazer com ele a história para os estudos do discurso.

A enunciação é determinada pela situação social imediata e pelo meio social, sendo organizada, no que diz respeito ao seu conteúdo e significação, fora do indivíduo pelas condições extra-orgânicas do meio social. Por isso, ela é um produto da interação social.

O autor destaca que a interação social sempre se dá entre três participantes: o falante, o ouvinte e o tema do discurso, fatores que constituem esse discurso: “O discurso é como o “cenário” de certo acontecimento. A compreensão viva do sentido global da palavra deve reproduzir esse acontecimento que é a relação recíproca dos locutores, ela deve “encená-la”, se se pode dizer; aquele que decifra o sentido assume o papel de ouvinte; e, para sustentá-lo, deve igualmente compreender a posição dos outros participantes”. (BAKHTIN, id. Ibid.)

A alteridade intervém sempre. A identidade é um movimento em direção ao outro, um reconhecimento de si pelo outro que tanto pode ser a sociedade como a cultura. E o elo de ligação é a linguagem: “Através da palavra, defino-me em relação ao outro, em última análise, em relação à coletividade. (...) A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor” (Bakhtin, 1929: 113).

O suporte do sujeito é um “nós”, pois ele não coincide jamais consigo mesmo, sendo inesgotável em sua significação, uma vez que o “eu” só pode se realizar no discurso, apoiando-se em nós. O ser humano não existe para si, senão na medida em que é para os outros.

Estudos em torno à obra de Bakhtin tendem a dividir o dialogismo em duas formas: o diálogo entre interlocutores, baseado na interação fundadora da linguagem e a relação entre discursos, chamada polifonia, ou seja, as vozes exteriores que marcam nosso discurso. O nome dialogismo é mantido em relação à interação entre sujeitos por ser o próprio princípio constituidor da vida e do social. A relação intersubjetiva, estabelecida pela enunciação, constrói tanto os sujeitos quanto os sentidos do discurso. Quanto ao diálogo entre discursos, o que produzimos é um tecido de vozes, de muitas vozes que se relacionam

polemicamente entre si, resolvendo a relação no interior mesmo dessa tessitura. De onde podemos concluir que o sujeito é dialógico por natureza e seu discurso é polifônico.

No entender de Pessoa de Barros (1994), a polifonia é uma relação entre textos, que manifesta as vozes componentes de nosso discurso. Nos textos polifônicos, o diálogo entre discursos é marcado, enquanto que nos monofônicos há um efeito de sentido que dissimula o dialogismo fundador. Entretanto, mesmo que tentássemos ocultar as vozes, o dialogismo como constitutivo da linguagem permaneceria e o texto ou o discurso faria enxergar a comunidade e a história.

O princípio dialógico funda a alteridade como constituinte do ser humano e de seus discursos. Reconhecer a dialogia é encarar a diferença, uma vez que é a palavra do outro que nos traz o mundo exterior. Ao produzirmos discursos, não somos a fonte deles, porém intermediários que dialogam e polemizam com os outros discursos existentes em nossa sociedade, em nossa cultura. Como já foi dito, a relação dialógica é polêmica, não há passividade. Nela, o discurso é um jogo, é movimento, tentativa de transformação e mesmo subversão dos sentidos. O sentido de um discurso jamais é o último: a interpretação é infinita. O que faz evoluir um diálogo entre enunciados é essa possibilidade sem fim de sentidos esquecidos que voltam à memória, provocando neles a renovação dentro de outros contextos.

Derivado do princípio da relação dialógica polêmica, estabelecido pelo sujeito produtor de discursos em um contexto social, Bakhtin instituiu um método para seu trabalho que seria a interpretação ou a compreensão responsiva ativa. Nesse sentido, toda compreensão é um processo ativo e dialógico, portanto tenso, que traz em seu cerne uma resposta, já que implica sujeitos. O ser humano, juntamente com seu discurso, sempre presume destinatários e suas respostas. O sujeito que produz um discurso não quer uma compreensão passiva que somente levaria à repetição de seu pensamento, mas almeja respostas que evidenciem adesão, concordância ou, contrariamente, objeção às idéias expostas. O sujeito bakhtiniano gera respostas, toma atitudes, constituindo-se um sujeito não totalmente interpelado.

Essa "responsividade" implica um juízo de valor que, partindo da relação do enunciado com a realidade, com seu autor e com os outros enunciados anteriores, traz para o discurso os elementos ideológicos que o constituem. Todo enunciado (discurso, conferência, etc.) é concebido em função de um ouvinte, ou seja de sua compreensão e de sua resposta, bem como de sua percepção avaliativa (concordância ou discordância).

Faz parte da "orientação social" do enunciado em direção a um outro sujeito colocar em evidência a questão dos valores que também

é uma questão ideológica. O autor do enunciado avaliará seu destinatário e por aí modelará a forma e o modo de produção de seus enunciados, que serão diversos conforme a situação social e importância de seu interlocutor, bem como suas posições, convicções e pontos de vista.

É no enunciado, então, que se dá o contato entre a língua e a realidade. A escolha das palavras para a construção de um enunciado leva em conta outros enunciados de outros sujeitos, em relação aos quais o locutor se posiciona. Assim, quando reproduzimos o discurso do outro, nele podemos captar uma dupla expressão: a original, do outro e a expressão atualizada que é por nós introduzida no enunciado do qual vai fazer parte. Em conseqüência, não só ao locutor cabem os direitos sobre as palavras, mas também ao ouvinte e a todos cujas vozes são ouvidas naquele discurso. A palavra é um drama com três personagens que é representado fora do autor.

De fato, para Bakhtin a produção do discurso envolve um trio, composto pelo autor, pelo destinatário e por todas as vozes-outras que sempre-já nele habitavam, pois o “diálogo” é o acontecimento do encontro e interação com a palavra do(s) outro(s). A alteridade é, para o autor, um processo dialógico em que o elemento comum é o discurso.

O sujeito-autor do enunciado produz, ao construí-lo, um acontecimento lingüístico, pois ainda que se veja, em todo enunciado, o sistema da língua, responsável pelo que é repetitivo e reproduzível, ao mesmo tempo, cada enunciado é único e irreproduzível, sendo nisso que reside seu sentido. Mesmo havendo uma tentativa de reprodução, releitura e até citação, o enunciado será uma recriação, uma singularidade, visto que produzido por um outro sujeito, em um outro momento. O acontecimento na vida do texto, seu ser autêntico, sempre sucede nas fronteiras de duas consciências, de dois sujeitos (Bakhtin, 1979: 333).

Ainda em relação aos discursos da vida cotidiana e aos gêneros do discurso: Bakhtin (1979) considera os discursos cotidianos como os mais livres e criativos por fazerem parte da intimidade social. O gênero é entendido como a forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo que compõe os enunciados produzidos por um sujeito. As variações percebidas nos diferentes gêneros decorrem em conformidade às circunstâncias, à posição social e ao relacionamento dos interlocutores do discurso. Dessas condições sempre diferenciadas e únicas, deriva a singularidade do enunciado que, apesar disso, não é uma combinação absolutamente livre dos signos da língua, manifestando uma vontade individual. Nossa escolha será, de certa maneira, condicionada pelo contexto histórico-social. Os gêneros são

exatamente os enunciados devidamente organizados em função das possibilidades - ou dos campos de atividade humana - do processo discursivo.

Enfim, os gêneros aparecem como tipos de discursos, utilizados conforme a realidade situacional em que o discurso é produzido e os sujeitos envolvidos.

Os discursos do cotidiano caracterizam-se por esse estreito e íntimo encontro com o outro e com a situação vivenciada, em nível de igualdade entre os sujeitos, o que os torna um campo privilegiado para o estudo da relação entre os parceiros discursivos, de sua relação com o próprio mundo e da constituição das heterogeneidades de seus discursos. O fato de neles melhor se observar a importância da situação extraverbal para a constituição do sentido, facilita a percepção e a apreensão de acontecimentos discursivos, pois, sendo a palavra o indicador mais sensível de todas as transformações sociais em todas as épocas, foi através desses discursos cotidianos que se detectaram as mudanças de sentidos que apontavam para a destruição de visões de mundo tradicionais e sedimentadas.

Uma mesma língua, afirma Bakhtin, é coabitada por falares diversos, linguagens sociais dinâmicas que se cruzam, atravessadas pelo social e pela história. São linguagens em que estão inscritos pontos de vista inseparáveis das transformações da experiência cotidiana. É esse movimento dinâmico de práticas languageiras plurais da vida cotidiana que é capaz de romper o aprisionamento do sentido no signo lingüístico, libertando-o para novas significações.

O enunciado é o objeto de estudo da linguagem, mas ele não deve ser estudado isoladamente. O momento de seu acontecimento - a enunciação -, bem como a situação social que a envolve, constitui a relação entre sujeitos, fazendo da interação social o fundamento semântico de todo o discurso. Todavia, longe de prescindir dos elementos da língua, Bakhtin integra-os à sua análise enunciativa, fazendo do sistema normativo o suporte para a transcendência dialógica.

#### **i** PERSONALIDADE



**Mikhail Mikhailovich Bakhtin** (1895 - 1975) foi um lingüista e filólogo russo, nascido em Orel, localidade ao sul de Moscou. De família aristocrática em decadência, cresceu entre Vínus e Odessa, cidades fronteiriças com grande variedade de línguas e culturas. Mais tarde, estudou Filosofia e Letras na Universidade de São Petersburgo, abordando em profundidade a filosofia alemã. Viveu em Leningrado após a vitória da revolução comunista em 1917. Entre os anos 24 e 29 conheceu os principais expoentes do Formalismo russo e publicou *Freudismo* (1927), *O método formal nos estudos*

literários (1928) e *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1929), sendo esta última talvez a sua obra mais célebre. Assinada com o nome de seu amigo e discípulo Volochínov, só a partir dos anos 70 teve difusão e reconhecimento importantes, e muito depois é que veio a ser confirmada a sua autoria (Bakhtin concedeu a atribuição de diversos de seus textos a colegas). Passou longos anos forçado ao exílio no Casaquistão e em Saransk. Foi redescoberto como teórico, a partir de sua tese sobre Rabelais e a cultura popular, por estudantes da capital russa após a morte de Stalin e sobretudo na década de 60. Os seus trabalhos só foram conhecidos no Ocidente a partir da metade da década de 60, com a chegada de Julia Kristeva à Paris, atingindo grande prestígio e referencialidade póstuma nos anos 90 e até os dias atuais. Sua primeira obra traduzida no Brasil foi *Marxismo e filosofia da linguagem* em 1979. Bakhtin considerava a relação sócio-histórica e dialógica entre sujeitos o cerne do processo de constituição do discurso, priorizando a intersubjetividade em detrimento à representação objetiva da realidade. Para ele, a linguagem não deveria ser somente um objeto de estudo da ciência linguística, mas deveria ser vista como uma realidade definidora da própria condição humana. A importância da obra do filólogo russo não alcançou somente a teoria literária, senão toda a linguística. Seus trabalhos foram relevantes para a compreensão de como se efetua a produção da significação no funcionamento dos discursos da vida cotidiana, aqueles que se relacionam diretamente com a situação em que são produzidos, identificando-se neles, mais facilmente, a natureza social da linguagem.

Fontes de consulta:

PIRES, V.L. Enunciação e discurso em Bakhtin. *Expressão*. Revista do Centro de Artes e Letras – UFSM. Santa Maria: volume 1, nº 2. jul/dez 2002. Enciclopédia Wikipédia

## AULA 6

### OSWALD DUCROT - POLIFONIA E ENUNCIÇÃO

**O. Ducrot** situa sua teoria em uma disciplina denominada Semântica Pragmática, na qual integra a semântica à pragmática, pois, na maioria dos enunciados, segundo o autor, existem traços que determinam seu valor pragmático, além de seu valor semântico.

Desenvolve, inicialmente, uma posição crítica em relação às tentativas de explicar as linguagens naturais em termos lógicos, ou seja, como se as palavras servissem apenas para comunicar informações, quando sua primeira função seria a de estabelecer relações entre indivíduos. Para Ducrot, o jogo da linguagem instaura relações de colaboração, de luta, de dominação, de dependência, etc., entre os interlocutores.

Língua e linguagem, em Ducrot, são consideradas como instrumentos de interação entre os homens, o lugar de encontro com o outro, de intersubjetividade. É, então, uma concepção dinâmica e funcional, na qual língua e linguagem são concebidas como uma forma de ação, pois têm como função primordial permitir o jogo da fala. A concepção da língua como atividade que se inscreve sistematicamente no interior da própria língua. Isso o leva a recusar a tradicional separação entre semântica e pragmática, definindo sua disciplina: a pragmática semântica ou pragmática lingüística para designar as investigações que digam respeito “a ação humana realizada pela linguagem, indicando suas condições e seu alcance” (DUCROT, 1987, p. 163).

Se não se preocupa em distinguir entre língua e linguagem, Ducrot insiste, no entanto, na diferença entre frase e enunciado. A primeira é uma estrutura abstrata, um objeto teórico que não interessa ao lingüista, mas ao gramático; já o segundo é a manifestação particular, a realização irrepetível da frase, objeto produzido por um locutor que escolhe empregar determinada frase. O enunciado é visto como um fragmento de discurso, atividade comunicativa que tem um lugar, uma data, um produtor e um ou vários ouvintes.

Enunciação, para Ducrot, é, em princípio, a ação que consiste em produzir um enunciado, dando à frase uma realização concreta. É um acontecimento histórico: o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. Mas esta é uma função puramente semântica, pois o autor procura abstrair qualquer traço psicologizante, inclusive deixando de mencionar o fato de os enunciados serem produzidos

#### PERSONALIDADE



**Oswald Ducrot** (1930) é um lingüista francês com sólida formação filosófica. Foi aluno de É. Benveniste de quem recebeu a influência em relação à filosofia analítica, à vinculação do estudo da linguagem ao quadro saussuriano e à enunciação. O eixo central de sua teoria define que a argumentação está na língua. Foi diretor da École Pratique de Hautes Études na área das ciências sociais em Paris e lecionou como professor convidado em numerosas universidades em lugares como Stuttgart, Berlim, Montreal, Genebra e no Brasil, na Unicamp. Entre suas obras mais conhecidas, no Brasil, destacam-se, *Dizer e não dizer: princípios de semântica lingüística* (1977); *Provar e dizer* (1981) e *O dizer e o dito* (1987).

Fonte de consulta:

Enciclopédia Wikipédia

por um sujeito falante, já que sua preocupação está voltada para a questão da polifonia, que ele desenvolverá posteriormente.

Ainda que mais interessado nos enunciados em si do que nos atos particulares de enunciação, afirma que não se pode descrevê-los sem que se considere seu emprego em uma determinada situação de discurso, um conjunto de circunstâncias no meio das quais se desenrola um ato de enunciação (oral ou escrito).

Para isso, sustenta a possibilidade de se chegar à significação das frases e ao sentido dos enunciados por meio da descrição semântica, separando-se o **componente lingüístico** e o **componente retórico** da linguagem.

Ao estudar as funções do componente lingüístico e do componente retórico na descrição semântica das línguas naturais, o autor retoma o conceito das máximas conversacionais de Grice (que veremos mais adiante, na Linguagem em Uso) sob a forma de leis do discurso. Estas seriam impostas à enunciação, mas por poderem ser aplicadas a partir de certos valores semânticos já inscritos nas frases, permitem ao lingüista a alternativa de introduzir uma pragmática virtual desde o nível da significação, que se realizaria e se diversificaria no nível do componente retórico segundo a situação de enunciação.

É na sua primeira versão da teoria polifônica da enunciação que Ducrot rompe com a concepção da unicidade do sujeito da enunciação, que vigorava desde Benveniste. Esse novo modo, inspirado no dialogismo de Bakhtin, considerava a enunciação a partir do jogo de vozes que nela se representam, em uma concepção polifônica da linguagem. Distingue, então, o ser empírico que produz o enunciado e os seres do discurso – locutor e enunciador.

Quando reelabora sua teoria polifônica, o autor reformula os conceitos de locutor e enunciador, reforçando a idéia de que o sentido de um enunciado é a descrição de sua enunciação, analisando as diversas formas de polifonia e o modo como essa noção contribui para a explicação de fatos lingüísticos.

## **AE** GLOSSÁRIO

**Componente lingüístico:** Tem como características determinar seqüências bem organizadas quanto à sintaxe e a semântica da língua e atribuir significação às frases.

**Componente retórico:** refere-se à interpretação contextual das frases.

## PARTE 2

### AULA 8

#### A LINGUAGEM EM USO

A noção formalista, surgida após o *Curso de Lingüística Geral*, levou à Lingüística, inicialmente, duas correntes de estudos dos fenômenos da linguagem: o estruturalismo e o gerativismo. O primeiro, que tem como “mentor” Saussure dá ênfase à forma lingüística a partir da noção de língua, objeto autônomo e independente das intenções de uso e da situação comunicativa. O segundo, proposto por Chomsky, privilegia a competência lingüística ou gramatical sobre o desempenho (performance), supondo um falante ideal em uma comunidade lingüística homogênea.

Em oposição a essa primeira noção, surge uma segunda tendência – o enfoque funcionalista, no qual se procura compreender a língua em uma perspectiva social, interacional e funcional. Busca-se, então, observar as condições de uso da língua em situações reais de comunicação, relacionando forma e função e fatores gramaticais e sociais.

De fato, ao se observar a linguagem em situações concretas de uso, vê-se que o conhecimento do sistema da língua é insuficiente para entender certos fatos lingüísticos. Ou seja, para que se possa compreendê-los é preciso estudar o uso que se faz da linguagem naquela determinada situação, por aqueles interlocutores, com este ou aquele objetivo. Assim, quando se adota essa forma de se analisar um evento lingüístico, toma-se a linguagem como objeto de uma corrente denominada Pragmática, que, justamente, interessa-se pelas condições que governam a prática lingüística.

No entanto, uma visão pragmática da linguagem coloca em pauta muitas formas de investigação, tanto por disciplinas como por campos de estudos diferentes, pois há várias definições para “uso” ou mesmo para “pragmática”. Na Lingüística, o termo pragmática está filiado à filosofia, mais precisamente à filosofia analítica, o que permite afirmar que, em seu início, a Pragmática não estabeleceu nenhuma ligação com a reflexão lingüística, originando-se de interrogações essencialmente filosóficas. Mesmo que, na maioria dos casos, ela tenha acabado por se fundir (e confundir-se) com os estudos lingüísticos, isso se deu gradativamente, sobretudo a partir de dois debates históricos – Benveniste/Austin e Ducrot/Searle. Importante, então, é definir as

denominações que provocam o problema terminológico da orientação pragmática, delimitando de forma mais rigorosa o seu escopo teórico. Desse modo,

- **pragmática** qualifica um domínio de estudos, sem uma especificação de objeto feita a priori;
- **pragmática filosófica** designa tanto sua filiação histórica à filosofia quanto os projetos de re-fundação das grandes questões dessa disciplina a partir dos estudos da filosofia analítica;
- **pragmática da linguagem** é uma expressão usada para designar o conjunto de modelos do tipo pragmático que tomam como objetos de estudos diferentes aspectos da linguagem não articuladas (os sistemas culturais integrante de comunicação);
- **pragmática lingüística** designa todo o conjunto das teorias elaboradas, no quadro da Lingüística, a partir da integração dos conceitos vindos da filosofia analítica da linguagem ordinária.

É justamente desse último modelo que este texto se ocupa para designar a Pragmática como o modelo teórico para se estudar, na Lingüística, a linguagem em uso.

Inicialmente, é preciso destacar que a emergência e a constituição do domínio pragmático derivam de uma crise da filosofia, ocorrida no final do século XIX, que fez diferentes correntes do pensamento efetuarem um retorno à questão da linguagem. Na Inglaterra, a chamada Escola de Oxford vivia uma tripla problematização da matemática, da lógica e da metafísica tradicional, que via nas línguas naturais (a “linguagem ordinária”) um problema para a resolução dos problemas filosóficos. Para alguns filósofos (assim como para alguns lingüistas) uma palavra pode não expressar um conceito preciso ou mesmo uma frase não expressa um pensamento claro, isto é, não há uma adequação entre a palavra e o conceito e entre a frase e o pensamento.

Do mesmo modo, muitos dos aspectos da linguagem ordinária eram impróprios para as operações de cálculo: a equivocidade (ambigüidade), subjetividade, circularidade, comunicabilidade (em oposição à informatividade pura), indicialidade (ancoragem espaço-temporal). Todos esses aspectos pragmáticos de qualquer língua natural foram percebidos como grandes problemas de seu uso pela e para a filosofia, que se obrigou a estudar o funcionamento da linguagem antes de estabelecer modelos lógicos, ou seja, modelos ideais que dessem conta das questões filosóficas. A crise na racionalidade tornou os filósofos mais sensíveis aos parâmetros linguageiros, e o problema da significação levou-os à necessidade de construir uma língua perfeita, que tornasse impossível, no futuro, a formulação de pares incoerentes,

assegurando uma formulação estável ao cálculo.

Todo edifício conceitual estava, então, colocado em causa, obrigando os teóricos a se debruçarem sobre a questão da linguagem e de suas funções, condição de toda atividade racional. A tomada de consciência desse estado de coisas ficou conhecida como a “virada lingüística da filosofia”, rótulo que designou o projeto filosófico de se re-centrar sobre a questão da linguagem e sua potência.

Assim, a constituição de uma área de estudos cujo objeto é a linguagem ordinária procede de uma oposição ao logicismo. É e justamente nesse contexto que surge a Teoria dos Atos de Fala (TAF) de J. L. Austin, que se constitui como uma superação da concepção clássica da linguagem, contestando o primado da frase afirmativa. Para o autor, na concepção representacionista, na qual as línguas apenas nomeiam os seres do mundo físico, esse tipo de frase é o protótipo da verbalização. Para o positivismo lógico, uma sentença deveria poder ser verificada, ou seja, testada quanto à sua verdade ou à sua falsidade, para ter significado. Nesse sentido, a maioria dos discursos éticos, estéticos, literários e a maioria das enunciações cotidianas simplesmente não faziam sentido.

## AULA 9

### A TEORIA DOS ATOS DE FALA – J. AUSTIN

Se tanto a gramática tradicional quanto a filosofia da linguagem em sua versão logicista somente reconhecem os tipos de formações lingüísticas – as proposições dotadas de sentido (verdadeiros ou falsos) e as sem sentido, essa “ilusão descritiva” somente acontece pelo desconhecimento de outros valores, pois algumas sentenças declarativas não são visivelmente usadas com qualquer intenção de fazer declarações verdadeiras ou falsas. Pela linguagem, realizam-se diversos tipos de ações humanas, sendo que a língua, como um instrumento de ação social, permite que o homem se comunique pela prática dos atos sociais.

Desse modo, **Austin** propõe uma investigação sistemática da linguagem dentro de um contexto social e cultural específico, pois seu interesse estava na relação lingüística entre falante e ouvinte, isto é, nos atos de fala, na interação entre os participantes de uma determinada situação comunicativa. A linguagem não é considerada como uma forma de representação da realidade, mas uma forma de ação sobre essa realidade, da qual fazem parte os falantes de uma língua.

Por isso, importa saber: (1) por que determinada frase/sentença é usada num momento específico; (2) por que é usada em detrimento de outra e (3) de que maneira esse enunciado é compreendido pelos ouvintes? O significado das sentenças, então, desvincula-se da verdade do que é dito, deslocando-se para a eficácia do ato comunicativo, ou seja, ele está no sucesso (felicidade) do ato de fala. Austin procura estudar em que medida dizer alguma coisa é realizar algo.

A busca por uma teoria que servisse de base para a análise da linguagem enquanto forma de realização de atos contextualizados, convencionais e intencionais, inicia quando Austin (e outros filósofos) estuda as proposições éticas (os enunciados da moral, bíblicos, etc.), verificando que elas não são nem afirmações nem sem sentido. Isso demonstra, segundo ele, que as línguas naturais se organizam em torno de uma distinção funcional entre dois tipos de enunciados (excluindo-se os sem sentido): aqueles que definem um estado de coisas – que ele denomina **constativos** – e aqueles que permitem realizar certo tipo de ação – os **performativos**.

Desse modo, sentenças como

Aposto que vai chover.

Prometo que todos serão investigados.  
Peço desculpas.  
Eu discordo.  
Dou-lhe minha palavra.

têm em comum o fato de que não são usadas só para dizer coisas, mas para fazer coisas. São enunciados com os quais se realizam ações – o objetivo não é descrever ou afirmar que se faz algo e sim fazer algo, ao dizê-lo. São, portanto, **enunciados performativos**; a realização (performance) de algum tipo de ato. Sob essa perspectiva, quando se fala, não se fazem apenas declarações, mas coisas como: ordenar, perguntar, pedir, desculpar-se, lamentar, rogar, julgar, reclamar, prometer, jurar, agradecer, desejar, etc. Performativo diz respeito a toda enunciação que realiza o ato que está sendo enunciado. Ou seja, a enunciação faz parte da significação.

Essas enunciações contrastam com declarações, asserções, como, por exemplo,

O céu está azul.  
Isso é falso.  
Não quero fazer isso.

que Austin denominou enunciados constativos, nos quais se faz uma descrição de um estado de coisas, uma afirmação, que pode ser verdadeira ou não, dependendo de um estado de coisas objetivo. Por isso as enunciações constativas estão sujeitas a condições de verdade (empiricamente observáveis), no momento em que são enunciadas.

Os performativos também podem ser avaliados quanto à sua realização; mas, dada a sua natureza especial, a questão de verdade e falsidade não surge. Por isso, Austin se propôs a tarefa de catalogar as maneiras pelas quais elas podem dar errado – ou ser infelizes, para usar a sua terminologia. O que eles exprimem é um comprometimento do locutor (ou qualquer outro tipo de intervenção) com a ação, com as possíveis conseqüências do ato por ele realizado. Desse modo, para que a ação correspondente a um performativo seja de fato realizada, é preciso que ele seja enunciado e que as circunstâncias de enunciação sejam adequadas. Com base nas diferentes maneiras pelas quais um performativo pode deixar de dar certo, produziu uma tipologia das condições que ele deve cumprir para ter sucesso ou ser feliz, isto é, as circunstâncias de enunciação que fazem com que um performativo seja efetivamente realizado. O autor chamou a isso de **condições de felicidade**, distinguindo três categorias principais:

- *deve existir um procedimento convencional que tenha um efeito convencional* – a enunciação de certas palavras em determinadas circunstâncias devem ter, por convenção, um determinado efeito; para isso, as pessoas e as circunstâncias devem ser adequadas conforme especificado no procedimento, ou seja, aquelas convenientes para a realização do enunciado em questão

- *o procedimento deve ser executado corretamente e completamente* – os participantes devem executar corretamente a enunciação, ou seja, é preciso usar a fórmula correta para que o performativo se realize;

- *os participantes devem ter o pensamento, sentimento ou intenção conforme requerido e especificado no procedimento, e, se uma conduta conseqüente é especificada, eles devem ater-se a ela* – quando a enunciação exige que o falante tenha certas intenções (ou sentimentos), ele deve, de fato, tê-los e, na seqüência, deve adotar o comportamento implicado pelo ato de enunciação.

Austin observa, ainda, que as violações dessas condições não são todas iguais. Violar as duas primeiras condições dá origem a **falhas**, enquanto violar a última é **abuso**, quando não se é sincero ou se promete algo sem intenção e cumprir. Estas não são tão facilmente detectadas na ocasião da enunciação, com a conseqüência de que a ação é executada por completo, mas sem felicidade ou sinceridade. A enunciação permanece um simples ato verbal, que não compromete fundamentalmente o sucesso do ato, pois a TAF é construída do ponto de vista do locutor. Isso faz com que o destinatário só pode ter certeza das condições formais, uma vez que ele não pode julgar a natureza subjetiva da disposição intencional de quem fala.

Austin, no desenvolver da sua teoria, busca critérios rigorosos da performatividade na lexicografia, procurando listar os verbos que fazem parte de enunciações especiais e particulares com propriedades sintáticas e pragmáticas peculiares. No entanto, encontra dificuldades em caracterizar os performativos em bases puramente lingüísticas quando se depara com enunciações como

Eu o declaro culpado.  
Culpado!

Assim sendo, Austin define uma classe geral de enunciações performativas: as explícitas, como no primeiro caso, e as implícitas, como no segundo. Nestas, o autor inclui muitos outros tipos de enunciações,

talvez todas (pois, com o tempo, começa a desfazer a dicotomia constativo/performativo).

## PERSONALIDADE



**John Langshaw Austin** (1911 - 1960) foi um filósofo da linguagem britânico que desenvolveu uma grande parte da atual teoria dos atos de fala. Filiado à vertente da Filosofia Analítica, interessou-se pelo problema do sentido em filosofia. Estudou na Universidade de Oxford. Tornou-se professor titular da cátedra White de Filosofia Moral, em Oxford, considerada a mais prestigiosa cadeira de Filosofia Moral do mundo. Na filosofia da linguagem alinou-se com Ludwig Wittgenstein, preconizando o exame da maneira como as palavras são usadas para elucidar seu significado. Entretanto, o próprio

Austin considerava-se mais próximo da filosofia do senso comum de G.E. Moore. Elaborou um estudo sobre conceitos de verdade e falsidade, qualificando os atos de fala como sendo verdadeiros ou falsos dependendo da descrição que é feita. Iniciou as idéias sobre o performativo, onde falar é fazer, diferenciando atos de meras descrições, porque nada descreviam, nada relatavam, etc. Esse tema é tratado intensamente em sua obra póstuma, *How to do things with words* (1962), uma série de conferências realizadas na Universidade de Oxford. Ao contrário do genebrino formalista estrutural Ferdinand de Saussure, encontram-se nos objetos pessoais de Austin centenas de anotações escritas a próprio punho somadas a outras informações colhidas de ex-alunos. As teorias de Austin foram propagadas por seu antigo aluno John Searle que, com sua obra *Speech Acts Theory* (1969), leva ao conhecimento americano as filosofias austinianas e propaga ainda mais o nome desse grande estudioso da linguagem pelo mundo. Também o filósofo francês Jacques Derrida desenvolveu uma teoria da linguagem baseada no trabalho de Austin.

Fonte de consulta:

Enciclopédia Wikipédia

## PARTE 3

### AULA 10

#### A LINGÜÍSTICA TEXTUAL

A Linguística Textual (doravante LT) é o ramo da Linguística que toma o texto como objeto de estudo. Tendo uma unidade analítica um material que também é partilhado por outras abordagens, o que distingue a LT das demais disciplinas é a forma de tratamento do texto, cujos propósitos são as relações textuais em seus vários matizes e intersecções.

Esse campo de estudos surgiu na Alemanha na metade da década de 60 e metade da de 70. Embora a origem do termo remonte a **Co-sériu**, ele somente foi empregado com o sentido que possui hoje por Weinrich, em 1966. Representou um momento em que se procurava a superação do tratamento lingüístico em termos de unidades menores – fonema, morfema, palavra para os estudos estruturalistas; frase ou período para os gerativistas -, no entendimento de que as relações textuais são mais do simplesmente a soma de itens ou sintagmas.

A maior dificuldade da LT sempre foi definir seu objeto de análise; por isso, seu desenvolvimento deu-se em torno das diferentes concepções de texto que, ao longo do tempo, foram mudando, e, com isso, acarretaram diferenças significativas em suas etapas de evolução.

São, então, várias as concepções de texto que fundamentaram os estudos em LT e que são sintetizados por Koch (Introdução à LT, Martins Fontes, 2004) da seguinte maneira:

1. Texto como frase complexa ou signo lingüístico mais alto na hierarquia do sistema lingüístico – essa é uma concepção de **base gramatical**;
2. Texto como signo complexo – concepção de **base semiótica**;
3. Texto como expansão tematicamente centrada na macroestrutura – concepção de **base semântica**;
4. Texto como ato de fala complexo – concepção de **base pragmática**;

#### PERSONALIDADE



**Eugeniu Coseriu** (1921-2002) foi um lingüista romeno especializado em Filologia Românica. Em 1950, fixou residência em Montevideu (Uruguai), onde atuou, na Universidade, como professor de lingüística. Desenvolveu uma grande atividade intelectual, publicou diversas obras em espanhol. Entre as mais importantes temos: *Sincronía, diacronía e historia* (1958), um dos clássicos da lingüística contemporânea e *Teoría del lenguaje y lingüística general* (1962), obra que reúne um conjunto de artigos entre os quais se destaca "Sistema, norma y habla". Em 1963 atuou na Universidade de Tübingen (Alemanha) com lingüística românica, onde foi nomeado professor emérito em 1991. Foi também presidente entre 1980 e 1983 da Sociedade de Lingüística Românica.

Fonte de consulta:  
Enciclopédia Wikipédia

5. Texto como discurso “congelado” como produto acabado da ação discursiva – concepção de **base discursiva**;

6. Texto como meio específico de realização da comunicação verbal - concepção de **base comunicativa**;

7. Texto como processo que mobiliza operações e processos cognitivos - concepção de **base cognitiva**;

8. Texto como lugar de interação entre atores sociais e de construção interacional de sentidos - concepção de **base sociocognitivista-interacional**.

Nas diferentes perspectivas de texto que, embora apresentadas de maneiras separadas, imbricaram-se em determinados momentos, também diferentes objetos de estudos foram sendo privilegiados. Assim, no início (décadas de 60 e 70), tratava-se da **coesão** e da **coerência**, vistas como qualidades ou propriedades do texto. Já na década de 80, amplia-se o conceito de coerência, tido, então, como um fenômeno mais amplo, que é construída entre o texto e os seus usuários, em dada situação de interação, em função de uma complexa rede de fatores, de ordem lingüística, cognitiva, sociocultural e interacional.

Também nessa época outros fatores textuais passam a ser objeto das pesquisas sobre o texto: informaticidade, situacionalidade, intertextualidade, interacionalidade, aceitabilidade, contextualização, focalização, consistência e relevância. No início da década de 90, o interesse pelo processamento cognitivo do texto começa a se desenvolver mais fortemente que nos anos 80, influenciado pela tendência sociognitivista dos estudos da linguagem.

Assim, novas questões entram em pauta estratégias de produção e de compreensão agenciadas no processamento do texto, formas de representação do conhecimento na memória, ativação dos sistemas de conhecimento no momento do processamento, estratégias sociocognitivas e interacionais. Além dos estudos desses processos de organização global dos textos, outros fatores também começam a ser investigados a partir dessa década: referenciação, inferenciação, acesso ao conhecimento prévio, bem como a análise do texto falado (com rumos e projeção diferentes da Análise da Conversação), a relação oralidade/escrita e os gêneros textuais.

De uma forma geral, pode-se dividir a trajetória da LT de seus primórdios até os estudos atuais em três momentos:

1. **INCLINAÇÃO GRAMÁTICAL** – presente nas análises transfrás-

## **AE** GLOSSÁRIO

**Coesão:** Elementos lingüísticos que permitem que as frases sejam ligadas para formar um texto. Conjunções, pronomes e advérbios são exemplos de fenômenos da língua que mantêm as frases relacionadas entre si para formar um texto.

**Coerência:** Propriedade semântica dos discursos que se refere principalmente a um saber extralingüístico que articulado sobre a competência enciclopédica dos sujeitos, permite ao indivíduo avaliar se determinado texto é um todo organizado com sentido.

ticas e nas tentativas de construção das gramáticas de texto (da metade da década de 60 à metade da década de 70);

**2. PERSPECTIVA PRAGMÁTICO-ENUNCIATIVA** - adoção de abordagens pragmática (principalmente as oriundas da Filosofia da Linguagem Ordinária da Escola de Oxford) e de teorias de base comunicativa (a partir da segunda metade da década de 70);

**3. ELABORAÇÃO DE UMA TEORIA DO TEXTO** – consiste na denominada abordagem procedural e nas operações de ordem sociocognitiva e interacional – a partir da década de 80.

## 1. ANÁLISES INTERFRÁSTICAS E GRAMÁTICAS DE TEXTO

Nesse momento, o interesse da LT pode ser dividido em duas preocupações básicas: o estudo dos mecanismos interfrásticos e a preocupação de construir gramáticas textuais.

O primeiro interesse parte do sistema gramatical da língua, cujo uso de duas ou mais seqüências lhes garantiria o estatuto de texto. Interessavam, então, fenômenos como a correferenciação, a pronominalização, a seleção do artigo, a ordem das palavras, a relação tema/tópico-rema/comentário, a concordância dos tempos verbais, as relações entre enunciados não ligados por conectores explícitos, fenômenos de ordem prosódica, etc.

As orientações teóricas que fundamentavam esses estudos eram predominantemente estruturalista, gerativista ou funcionalista. “O texto era concebido como “frase complexa”, “signo lingüístico primário”, “cadeia de pronominalizações ininterruptas”, seqüência coerente de enunciados”, “cadeia de pressuposições”, conforme o autor e o objeto a que ele se dedicava. Os estudos dedicavam-se a pesquisar as regras para o encadeamento de sentenças, a partir de uma metodologia até então utilizada na análise sentencial, procurando utilizá-la na análise de sentenças maiores do que as frases – os textos.

A segunda preocupação, de construir gramáticas textuais por analogia com as gramáticas de frase, surgiu particularmente (ainda que não só) da orientação gerativista de alguns lingüistas da época, quando ficou claro que a diferença entre frase e texto era de ordem qualitativa e não quantitativa. Autores como Dijk começaram a refletir sobre fenômenos não explicáveis por meio da gramática sentencial e propunham que, a partir do texto, fossem analisadas e classificadas as suas unidades menores, desde que não se perdesse a função textual dos elementos isolados. Texto aqui era considerado simplesmente como a unidade lingüística mais alta, superior à sentença e seu estudo limitava-se a descrever as categorias e as regras de combinação da

entidade T (texto) em L (determinada língua). O texto já não era mais visto como a simples soma ou lista dos significados das frases que o constituía; mas, apesar dessa tentativa de ampliação do objeto, ainda se acreditava ser possível mostrar que o ele possuía propriedade que diziam respeito ao próprio sistema língua. O que se buscava era um projeto de reconstrução do texto como um sistema uniforme, estável e abstrato, ou seja, uma entidade do sistema lingüístico, cujas estruturas possíveis em cada língua deveriam ser determinadas pelas regras da gramática textual. Por isso, uma gramática do texto teria como tarefa básica determinar (a) os princípios de constituição de um texto, os fatores de coerência e as condições de textualidade; (b) os critérios para a delimitação dos textos, sua completude; e (c) as várias espécies de texto.

Nesse período, postulava-se o texto como unidade teórica formalmente constituída, em oposição ao discurso, unidade funcional, comunicativa e intersubjetivamente construída. Ou seja, o discurso é caracterizado pelas propriedades textuais, mas, e, sobretudo, como um ato realizado em uma dada situação (participantes, instituições, lugar, tempo, etc.), enquanto o texto é o objeto abstrato resultante da subtração do contexto operada sobre o objeto concreto – o discurso.

A influência gerativa levou a postular a existência de uma competência textual, pois todo falante de uma língua tem a capacidade de distinguir um texto coerente de um aglomerado incoerente de enunciados e de uma competência especificamente lingüística, uma vez que um falante também é capaz de parafrasear, de resumir ou de perceber se um texto está completo ou incompleto, bem como de atribuir-lhe um título ou produzir um texto a partir de um título dado.

O texto era considerado como a unidade lingüística hierarquicamente mais elevada, uma entidade do sistema lingüístico que deve ter suas estruturas determinadas por uma gramática textual. Assim, a idéia era segmentá-lo, chegando-se a suas unidades menores pra então classificá-las. Abandonava-se, portanto, o método ascendente, que partia da frase para o texto.

## **Aula 11**

### **2. AS PERSPECTIVAS PRAGMÁTICAS E AS TEORIAS DE BASE COMUNICATIVAS**

A consideração de que o texto é a unidade básica da comunicação/interação humana impõe, aos poucos, a adoção de uma perspectiva pragmática nas pesquisas sobre o texto. É nesse momento que surgem as teorias de base comunicativa nas quais ou se procurava integrar os fatores contextuais na descrição dos textos ou se tinha a pragmática (uso) como ponto de partida e de chegada para tal descrição. São, então, dois modelos: os contextuais e os comunicativos (baseados na Teoria dos Atos de Fala ou na Teoria da Atividade Verbal), mas ambos buscando as conexões entre o texto e o seu contexto por regras, tendo o primeiro como ponto de partida. A preocupação agora é investigar a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos em uso.

É uma nova dimensão para a LT, pois se deixa de pesquisar a língua como sistema autônomo, para inserir os textos nos processos comunicativos de uma sociedade concreta. Eles deixam de ser vistos como produtos acabados, que devem ser analisados sintática e semanticamente, passando a serem considerados elementos constitutivos de uma atividade complexa, como instrumento de realização de interações comunicativas e sociais do falante.

Passa-se, então, a se procurar desenvolver um modelo de base que compreenda a língua como uma forma específica de comunicação social da atividade verbal humana, interconectada com outras atividades (não-lingüísticas) do ser humano. A compreensão de um texto obedece, portanto, a regras de interpretação pragmática, de modo que se devem levar em conta a intenção, as crenças, os desejos, as preferências, as normas e os valores dos interlocutores.

## Aula 12

### 3. A TEORIA DO TEXTO

Atualmente, a LT pode ser colocada como uma disciplina com forte tendência sociocognitiva, pois aborda as questões relacionadas com o processamento sociocognitivo de textos escritos e falados. Para isso, novas perspectivas foram incorporadas ao seu campo de estudo.

#### 3.1 A virada cognitiva

Na década de 80, uma nova orientação começa a definir os estudos do texto, a partir da idéia de que todo fazer (ação) é acompanhado de processos de ordem cognitiva, isto é, a constatação de que quem age dispõe de modelos mentais de operações e de tipos de operações.

Desenvolve-se a abordagem procedural, segundo a qual os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades sociais, que ficam armazenados na memória e que precisam ser ativados para o sucesso de qualquer dessas atividades. Isso quer dizer que na produção e compreensão de textos devem ser considerados os procedimentos ou as rotinas por meio dos quais os sistemas de conhecimento são ativados.

Com a ênfase colocada nas operações cognitivas, o texto passa a ser resultado de processos mentais. Nesse sentido, quem participa de um processo comunicativo carrega consigo determinadas expectativas e ativa os conhecimentos e a experiência quando é motivado ou estabelece metas para a construção de um texto. Mas, se um texto é originado por uma multiplicidade de operações cognitivas interligadas em todas as fases, não apenas na tentativa de traduzir seu projeto em signos verbais, isso significa que esses processos também são ativados por ocasião da compreensão de textos.

Assim, o processamento textual é estratégico, ou seja, estratégias de processamento textual implicam a mobilização de diversos sistemas de conhecimento, que consistem em hipóteses operacionais eficazes sobre a estrutura e o significado de um fragmento de texto ou de um texto inteiro. Os usuários da língua realizam, então, simultaneamente, em vários níveis, passos interpretativos, orientados, que são efetivos, flexíveis e extremamente rápidos. Desse modo, o procedimento estratégico depende não só de características textuais, mas dos usuários desses textos, dos seus objetivos, convicções e conhecimento de mundo.

Koch (idem) relaciona, a partir de Heinemann & Viehweger, os quatro grandes sistemas de conhecimento que concorrem para o pro-

cessamento textual:

**a) lingüístico** – compreende os conhecimentos gramatical e lexical, responsáveis pela articulação som-sentido: organização do material lingüístico na superfície textual; uso de meios coesivos necessários para a remissão ou para a seqüenciação textual; seleção lexical adequada ao tema e/ou aos modelos cognitivos ativados;

**b) enciclopédico (ou semântico ou conhecimento de mundo)** – aquele armazenado na memória: podem ser do tipo declarativo ou do tipo episódico: modelos cognitivos socioculturalmente determinados e adquiridos pela experiência que contêm tanto conhecimento sobre cenas, situações e eventos, como conhecimentos procedurais sobre como agir em situações particulares e realizar atividades específicas;

**c) sociointeracional** – diz respeito às ações verbais, isto é, às formas de inter-ação através da linguagem: conhecimentos ilocucional (que permitem reconhecer os objetivos ou propósitos de um falante, implícita ou explicitamente); comunicacional (normas comunicativas gerais, como quantidade de informação necessária, seleção da variação lingüística, adequação do texto, por exemplo); metacomunicativo (formas que asseguram ao locutor a compreensão de seu texto, como paráfrases, repetições, glosas, correções, etc.);

**d) conhecimento sobre estruturas ou modelos textuais globais** – aquele que permite o reconhecimento de textos como exemplares de determinados gêneros ou tipos: conhecimentos sobre as macrocategorias, a ordenação, a seqüenciação, a conexão entre objetivos, bases textuais e estruturas textuais globais.

### **3.2. A perspectiva sociocognitivista-interacionista**

Essa nova orientação da LT surge como oposição à separação que as ciências cognitivas clássicas operam entre os fenômenos mentais e sociais, buscando uma visão que incorpore aspectos sociais, culturais e interacionais à compreensão do processamento cognitivo. Isso é baseado no fato de que muitos processos cognitivos acontecem na sociedade e não exclusivamente no indivíduo, ou seja, são o resultado da interação de várias ações conjuntas. Isso quer dizer que muito da cognição acontece fora das mentes e não somente dentro delas.

Como os eventos lingüísticos não são a reunião de vários atos individuais e independentes, mas uma atividade que se faz com os outros, pode-se afirmar que, na base da atividade lingüística, está a interação e o compartilhar de conhecimentos e de atenção. Usar a linguagem é engajar-se em uma ação em que ela é o próprio lugar onde a ação acontece, em coordenação com os outros, Essas ações não são reali-

zações autônomas de sujeitos livres e iguais, mas se desenrolam em contextos sociais com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente, isto é, as formas verbais, os gêneros, não são neutras quanto ao contexto social e histórico.

A linguagem como ação compartilhada é oriunda das abordagens interacionistas, cujos pressupostos passaram a fazer parte da LT juntamente com as abordagens cognitivas que definem a cognição como um conjunto de várias formas de conhecimento, não totalizado por linguagem, mas de sua responsabilidade. Quer dizer: os processos cognitivos dependentes da significação, como a linguagem, não são tomados como comportamentos previsíveis ou aprioristicamente concebidos, à margem das rotinas significativas da vida em sociedade.

Estabelece-se, então, uma estreita relação entre linguagem e cognição. Não há possibilidades integrais de pensamento ou domínios cognitivos fora da linguagem nem possibilidades de linguagem fora de processos interativos humanos. Assim, a linguagem é tida como o principal mediador da interação entre as referências do mundo biológico e as referências do mundo sociocultural.

É nessa medida que a linguagem é uma ação partilhada que percorre um duplo percurso na relação sujeito/realidade e exerce dupla função em relação ao desenvolvimento cognitivo: intercognitivo (sujeito/mundo) e intracognitivo (linguagem e outros processos cognitivos). Sua produção é uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, realizada não apenas na base dos elementos lingüísticos da superfície textual (e na sua forma de articulação) nem na mobilização de um vasto conjunto de saberes, mas na sua reconstrução (e a dos próprios sujeitos) no momento da interação. Texto é, então, concebido como lugar de interação e os seus interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e são por ele construídos.

## Parte 3

### AULA 13 e 14

#### AULA ANÁLISE DE DISCURSO (AD)

A análise de discurso (AD) surgiu na França, logo após as turbulências políticas do final dos anos 60, sob um quadro teórico estruturalista, como uma nova forma de encarar a linguagem - ou seja, enquanto **discurso**, ressaltando seus problemas de significação e priorizando as condições sócio-político-ideológicas de sua produção. Foram, inicialmente, desenvolvidos projetos no caminho de uma lingüística do discurso, envolvendo a semântica e a pragmática, e enfocando o sentido dos enunciados e os sujeitos que os empregam.

Ensejando a elaboração de uma nova teoria para os estudos da linguagem, que abrangesse ao mesmo tempo a língua, o indivíduo que produz enunciados e os fatores ideológicos aí envolvidos, M. Pêcheux (1969<sup>1</sup>) situou o discurso - esse processo histórico e social de produção da linguagem no interior de um sistema de formações sociais - entre a língua e a ideologia, tomando-o como efeito de sentidos entre sujeitos. Como processo sócio-histórico, o discurso é uma experiência de relações entre indivíduos, sendo, portanto, coletivo e não individual. O discurso é um lugar de interação e confronto entre o lingüístico e o ideológico. A base material do discurso, o sistema formal de análise é a língua. Relacionando-se com essa base, tem-se um processo discursivo, que é o lugar da produção de efeitos de sentido.

Para melhor situá-la, dentro de um campo científico de conhecimentos, Pêcheux e Fuchs (1975) organizaram um quadro epistemológico de referência da AD, que relaciona quatro áreas: o materialismo histórico, enfatizando a questão da ideologia, a Lingüística e a teoria do discurso. Cruzando essas três regiões, de forma incisiva, a psicanálise.

Desde sua fundação, até o início dos anos oitenta (quando Pêcheux morreu), distinguem-se três épocas (Pêcheux, 1983a) que evidenciam a evolução do pensamento teórico no interior da AD.

Em sua primeira fase, da análise automática do discurso (AAD 69), Pêcheux encara o discurso enquanto processo discursivo, ou seja, não é um produto, pronto para ser analisado, mas um processo em construção. Considera, contudo, o dis-

---

1 As datas das obras serão, sempre que possível, as da edição original.

curso, como uma estrutura determinada, origem de coerções sintáticas. Ao mesmo tempo, integra ao processo mecanismos da ordem da fala (a linguagem em uso pelos indivíduos, porém coletivamente) e que estariam ligados à situação em que o discurso é produzido: "(...) a um estado dado das condições de produção corresponde uma estrutura definida dos processos de produção do discurso a partir da língua (...)" (PÊCHEUX, 1983a: 79).

O autor, nesse momento, já antevia a necessidade de uma análise em dois níveis, um nível sintático, invariante, e um nível contextual, onde as circunstâncias exteriores da produção também devem ser levadas em conta. A essas "circunstâncias", Pêcheux (1969) denominou **condições de produção**, que dizem respeito ao lugar determinado, ocupado pelo locutor na formação social em que vive. O próprio sentido do que ele diz depende desse lugar; no entanto, há que se levar em consideração a relação estabelecida com os outros discursos anteriores, produzidos sobre o mesmo tema, que, da mesma forma, interferem no sentido desse. Daí uma característica fundamental do processo discursivo, que é a sua continuidade. Por outro lado, é preciso referir a participação do ouvinte na construção do significado do discurso. Pêcheux sugere que a antecipação do pensamento do outro constitui todo o discurso.

Todos esses elementos situacionais comporiam as condições de produção do discurso. Malidier (1990) lembra que a referência ao conceito designava uma concepção do discurso como determinado por um exterior, o tecido histórico-social que o constitui, integrado ao elemento interior - a língua.

Baseado nas funções da linguagem de Jakobson, Pêcheux pensa na seqüência verbal emitida entre A e B (que não seriam presenças físicas, necessariamente, mas posições ocupadas por sujeitos quaisquer), como um **discurso**, sem a obrigação de informar, mas como efeito de sentidos entre posições. Ele afirma, então, que o **lugar**, no processo discursivo,

"se encontra aí representado, isto é, **presente, mas transformado**; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a **si** e ao **outro**, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro" (PÊCHEUX, 1969: 82).

O autor destaca que em todo o processo discursivo o que está

presente não é a realidade física, senão uma representação dela, por meio dessas **formações imaginárias**. Elas também se relacionam com outros processos discursivos anteriores, fazendo parte de um continuum discursivo.

Em relação ao dispositivo e método de análise, propriamente dito, a inspiração foi a teoria sintática distribucionalista de Harris<sup>2</sup>, completamente abandonada posteriormente.

A luta contra o empirismo subjetivo, centrado no indivíduo, e o formalismo tendencioso de considerar somente a língua como objeto da Linguística, excluindo todo o vasto campo da linguagem, foi a alavanca que ocasionou o deslocamento teórico e a proposta de novos estudos, embasados em uma teoria materialista e que fundariam uma nova semântica, dita discursiva. Tal semântica ocupar-se-ia do processo de agenciamento de termos em uma seqüência discursiva, ligado às condições (posições) que possibilitaram sua produção.

Conforme Brandão (1994), o discurso é uma das instâncias de concretização da materialidade ideológica, por isso é primordial articular ideologia e discurso. Para tanto, é necessário considerar dois conceitos-chave da AD: o de formação ideológica e o de formação discursiva.

Toda a formação social, considerando sua história, é caracterizada por relações entre as classes que a compõem, que expressam concórdia, antagonismo ou dominação. Essas relações abrigam posições políticas e ideológicas, determinantes do que os autores nomearam **formação ideológica**:

“cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’, nem ‘universais’, mas relacionam-se mais ou menos diretamente com **posições de classes** em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX et al., 1971: 148).

Às **formações discursivas**, como componentes das formações ideológicas, caberia manifestar, materialmente, “o que pode e deve ser dito”, por quem e em que posição, e de uma determinada maneira. O sentido de uma seqüência, portanto, estaria atrelado à formação discursiva (FD). Todo o sentido do que é dito depende da FD em que o discurso está inserido. O conceito de FD tem um lugar central na articulação língua-discurso.

---

2 O texto do lingüista americano Zellig S. Harris, que data de 1952, foi traduzido e publicado, na França, em *Langages*, 13, 1969, com o nome “Analyse du discours”. Sua teoria reduz os enunciados a elementos sintáticos elementares, pregando a autonomia dessa ordem sintática.

O que ficou de importante dessa primeira fase da AD foi a recusa em reduzir a linguagem a mero instrumento de informação e comunicação, pois, enquanto discurso, ela produz efeitos de sentidos entre posições; o que também ocasionou a negação do sujeito como origem de seu discurso. Destaca-se, da mesma forma, a referência às formações imaginárias, relacionadas a discursos anteriores e à atribuição de lugares, que consideramos ter sido a base de outros conceitos fundamentais propostos posteriormente, como o “interdiscurso”, ou o “pré-construído”. Conforme Maldidier, “o essencial já está lá: o discurso não se mostra na evidência de seus encadeamentos, é necessário desconstruir a discursividade para tentar apreendê-la” (MALDIDIER, *ibid.*: 16).

A segunda época da AD tem início em meados da década de setenta e tem como pilar a obra *Les Vérités de la Palice* (Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio). Anteriormente, entretanto, também no ano de 1975, apareceu um artigo que tem a qualidade de melhor situar o horizonte teórico da AD, bem como de revisar criticamente e aprofundar alguns conceitos, deixados “soltos” na primeira fase. Nesse artigo<sup>3</sup>, Pêcheux e Fuchs elaboraram o famoso “quadro epistemológico”, que define o campo de estudos discursivos, articulando quatro regiões do conhecimento: o materialismo histórico, teoria marxista que compreende o desenvolvimento das transformações sociais com base nas formações sócio-econômicas e relações de produção, envolvendo, também, a questão ideológica; a Linguística, como teoria das relações sintáticas e processos de enunciação e a teoria do discurso, compreendida como determinante histórica dos processos semânticos. Perpassando essas três regiões, uma teoria da subjetividade de origem psicanalítica.

A releitura do materialismo histórico é feita através de Althusser e do desenvolvimento de seu conceito de “ideologia”. Em sua obra de 1970<sup>4</sup>, Althusser explica o mecanismo e o funcionamento da ideologia, sustentando três teses: a primeira vincula a ideologia a representações imaginárias (idéias, mitos, conceitos) dos indivíduos com suas condições reais de existência; a segunda atribui-lhe uma existência material, pelas práticas e experiências dos sujeitos nas instituições sociais; e a última, a tese da interpelação, a mais importante para Pêcheux, então, afirma o indivíduo assujeitado pela ideologia, mas sem consciência disso, reproduzindo relações sociais desiguais. A primeira e a última

---

<sup>3</sup> *Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours*. (A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas) Revista *Langages*, número 37 de março de 1975. O artigo encontra-se traduzido em Gadet e Hak (1993).

<sup>4</sup> Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado.

tese colocam a ideologia no nível do inconsciente.

Cruzando o pensamento marxista com o freudiano, Althusser questiona o sujeito idealista-cartesiano, livre de vínculos e dono de si mesmo e de suas vontades.

Desde que Freud produziu a terceira ferida narcísica<sup>5</sup>, desestabilizando o sujeito cartesiano e instituindo o inconsciente, foram abalados os alicerces da lógica tradicional e do racionalismo idealista. Ao investigar e interpretar os sonhos de seus pacientes, ele descobriu a existência de uma outra “linguagem” introduzida indiretamente, porém apoiada na linguagem verbal. A linguagem onírica manifestaria um conteúdo não coincidente com os seus referentes.

“Freud, na *Interpretação dos Sonhos*, apresenta uma lógica que rejeita os princípios de não-contradição e de identidade. Para o inconsciente pode-se admitir que  $A=A$  e  $A\neq A$ . (...) Nos limites do pensar, encontramos fenômenos marginais (sonhos, atos falhos, chistes, inibição, sintoma, angústia) que colocam em cena, ou melhor, na linguagem, o que Freud reconhece como inconsciente” (SOUZA, 1997: 97/8).

São essas concepções da psicanálise que, primeiramente via Althusser, Pêcheux trouxe para a conceituação do sujeito da AD.

Para a teoria do discurso, advém que o sujeito, por ser ideologicamente interpelado, não pode ser a origem de seu discurso, apenas reproduz discursos de outros. Esses discursos, que representam a materialidade da ideologia, integram as formações discursivas, responsáveis pelo sentido do que se diz. É, ainda, com base na interpelação ideológica, ligada ao inconsciente freudiano, que é formulada a teoria dos esquecimentos, “ilusão necessária” que constrói a unidade do sujeito. O **esquecimento nº 1** é um processo inconsciente e ideológico, em que o sujeito tem a ilusão de ser a fonte, o criador primeiro de seu discurso, “apagando” ou “recalcando” tudo o que foi dito fora de e anteriormente à sua FD. Já no **esquecimento nº 2**, o sujeito imagina ter o domínio do sentido do que diz, ou seja, o seu discurso é a expressão transparente (objetiva) da realidade. O sujeito “esquece” que tudo o que diz, toda a sua seleção lingüística, e portanto, o sentido vem da formação discursiva à qual se filia.

No campo da ciência da linguagem, a posição defendida pela AD é a da língua como a base material dos processos discursivos, ou o lugar da materialidade dos efeitos de sentido, sendo que tanto os meca-

---

5 Conforme o próprio Freud, as outras duas nos foram infligidas pelas descobertas de Copérnico: o homem não está no centro do universo; e de Darwin: o homem não tem uma origem divina, tampouco é a origem da humanidade, mas apenas um elo na cadeia evolutiva. (Chauí, 1997).

nismos sintáticos como os enunciativos fazem parte da materialidade lingüística. No entanto, os efeitos de sentido não se originam de um sujeito centrado e intencional, que se apropria da língua e a coloca em funcionamento, por meio de um ato individual, conforme crítica feita à teoria da enunciação de Benveniste (1974). Os autores propõem uma teoria não subjetiva da enunciação, onde o sentido é construído fora do sujeito, em processos que lhe são exteriores e que abarcam os dois esquecimentos, bem como o **interdiscurso**, conceituado como o exterior específico de um processo discursivo determinado.

Na materialidade lingüística dos enunciados, ou seja, no fio do discurso, a evidência primeira é a do sujeito origem de si, que o leva a considerar-se fonte de seu discurso, ocultando a interpelação pelo pré-construído (construções anteriores, o que já foi dito anteriormente, em outros momentos e lugares); a outra evidência é a do sentido transparente, quer dizer, da linguagem como uma imagem transparente (objetiva) da realidade, mascarando-se aí o caráter material do sentido, ou seja, o fato de que não há sentido literal, “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, *ibid.*: 160).

A teoria dos esquecimentos, que tem sua origem na teoria psicanalítica de Freud, foi abandonada tempos depois, porém o interdiscurso tornou-se um conceito fundamental para as teorias do discurso até os dias atuais.

Conceitos como os de **pré-construído, interdiscurso e formação discursiva** são novamente abordados e aprofundados, à luz da filosofia da linguagem e do materialismo histórico e também da teoria psicanalítica, tornando-se fundamentais para a AD. O desenvolvimento desses conceitos foi determinado pelo cerne da questão em uma nova teoria do discurso: a constituição do sujeito e a constituição do sentido.

O atravessamento da psicanálise no campo epistemológico da AD foi um meio encontrado por Pêcheux para solucionar essa questão. Aproximando os conceitos de ideologia (Marx, via Althusser) e inconsciente (Freud, via Lacan), Pêcheux (*ibid.*) buscou apreender, nessa articulação, o sujeito do discurso: um sujeito que não é o centro e tampouco a origem de seu discurso, já que interpelado, ou seja, assujeitado.

A **ideologia**, sempre com base na teoria de Althusser, é considerada não como idéias, mas como forças materiais e é relacionada ao inconsciente freudiano, no sentido de que a interpelação ideológica é inconsciente. Tanto a ideologia quanto o inconsciente têm a característica comum de estruturar, via linguagem, o sujeito, além de “dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de **evidências ‘subjetivas’**” (PÊCHEUX, *ibid.*:

152). Dissimuladas pela ideologia, as relações de classes são apresentadas como se não houvesse conflitos e todos os sujeitos fossem livres e tivessem igualdade de direitos.

O conceito foucaultiano de **formação discursiva** (FD), como a regularidade de uma prática, onde o sujeito do discurso é apresentado como uma função vazia, ou seja uma posição ocupada por qualquer indivíduo no momento em que formula o seu enunciado, foi deslocado para a teoria do discurso e retomado por Pêcheux que, com base nele, desenvolve a noção de **forma-sujeito**<sup>6</sup>.

O indivíduo, ao inscrever-se em uma formação discursiva, passa a ser constituído como sujeito ou, em outras palavras, é interpelado/assujeitado à FD. Assim, a forma-sujeito constitui-se como uma estrutura discursiva que designa a forma de sujeição que um indivíduo assume ao realizar a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso. Fundamenta-se, assim, a unidade imaginária do sujeito e seu reconhecimento/identidade com outros sujeitos. Ao produzir seu discurso, o sujeito absorve elementos de outros discursos, produzidos por outros sujeitos; no entanto, essa determinação é apagada, gerando o processo imaginário que o leva a crer que o seu discurso está sendo dito pela primeira vez.

O conceito de **interdiscurso** é retomado e desenvolvido a partir dessas últimas considerações, como o todo complexo com dominante das formações discursivas, por intermédio do qual acontece a interpelação do sujeito. Esse “todo complexo” é toda a memória discursiva e ideológica, já presente no momento da construção de um discurso, que também evidencia as contradições existentes nas formações sociais.

Atrelado ao conceito de interdiscurso, aparece o de **pré-construído**, designado como aquilo que é pensado anteriormente, em outro lugar e independente do que é construído no enunciado presente. Coloca em relação, e este ponto é fundamental para a AD, o discurso atual e o discursivo “sempre-já-aí”.

“O **pré-construído**, tal como o redefinimos, remete simultaneamente ‘àquilo que todo mundo sabe’, isto é, aos conteúdos de pensamento do ‘sujeito universal’ suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender” (PÊCHEUX, 1975: 171).

---

6 O termo foi tomado emprestado de Althusser (1980), que o relaciona à existência histórica de relações sociais contraditórias, determinantes do assujeitamento do indivíduo que somente passará a agente das práticas sociais, a partir de sua identificação a uma forma-sujeito.

É essa memória sempre-já-aí que, interpelando ideologicamente o sujeito, obriga-o a produzir, no aqui e agora da enunciação, um sentido fixo, um lugar comum e reconhecido, mesmo quando não explicitado. Já em 75, Pêcheux considerava a noção de pré-construído um dos pontos principais na ligação da teoria do discurso com a Linguística.

Por fim, à linearização material e linguística de todos esses elementos, que estabelece o fio discursivo, foi dado o nome de **intradiscurso**. O intradiscurso atualiza, na FD, o processo de identificação do sujeito com o interdiscurso. Esse conceito teve um desdobramento mais significativo a partir dos anos 80.

A contribuição mais importante dessa segunda fase, foi o desenvolvimento teórico dos conceitos de “interdiscurso” e “pré-construído”, conceitos que, posteriormente, tornaram-se chave para os estudos na área da AD. A reflexão em torno desses conceitos permitiu o questionamento e a abertura para a relação com o outro (outros indivíduos, outros discursos), expressa, nesse momento, pela referência à contradição dialética que faz com que o discurso represente as relações de reprodução-transformação, protagonizadas pelos sujeitos, nas formações sociais.

A adesão à teoria da interpelação ideológica de Althusser e sua aproximação ao inconsciente freudo-laciano produziu uma teoria não subjetiva da enunciação que deslocou o sujeito do centro e fonte do sentido, ao mesmo tempo que o tornou completamente assujeitado e incapaz de resistir, crítica reconhecida mais adiante por Pêcheux.

O final de 1977 marcaria o começo de uma nova fase para a AD, quando novas formulações são introduzidas na teoria discursiva, não apenas por Pêcheux, mas, principalmente, a partir das contribuições de vários estudiosos que integravam o seu grupo de pesquisas. É preciso não esquecer, também, que o campo de estudos discursivos, na França, era marcado por polêmicas que expressavam as posições políticas dos pesquisadores, contribuindo para o avanço das reflexões. Guilhaumou e Mالدیدier (1986) defendem que o momento inicial da terceira época foi o texto *Remontémons de Foucault a Spinoza*<sup>7</sup>, pois marca uma retificação no percurso teórico de Pêcheux.

O tema do texto é uma reflexão sobre a categoria da “contradição”, influenciado, ainda, pelas idéias de Althusser. Dentro de um marco teórico dos estudos da linguagem, ele inicia com uma crítica à Academia, e aos linguistas em geral, colocando em oposição a prática política e a universitária. Pêcheux afirma que a maneira de encarar um texto

---

7 Em novembro de 1977, Pêcheux apresenta esse trabalho em um simpósio sobre os discursos políticos na Universidad Nacional Autónoma de México. A publicação dos anais é de 1980.

depende da prática política do analista. Para uma teoria de discurso que abranja o texto político é necessário o engajamento em uma prática política ou, seguindo o pensamento althusseriano, escolher um lado na luta histórica das classes sociais. Essa tomada de posição determinaria o “modo de conceber as formas materiais concretas sob as quais as idéias entram em luta” na história (PÊCHEUX, 1977: 182). Tal opção, entretanto, estaria muito afastada tanto dos filósofos da linguagem quanto dos lingüistas.

Com o intuito de abordar a prática política marxista em oposição às teorias lingüísticas acadêmicas, pretendendo, porém, contribuir, ao mesmo tempo, para uma possível mudança no caminho de uma prática política universitária, Pêcheux trouxe ao debate o pensamento de dois filósofos que teorizaram sobre o discurso - Espinosa e Foucault - confrontando alguns pontos de suas teorias. Os dois filósofos adotaram procedimentos semelhantes ao relacionar os dois níveis, formal e semântico, de linguagem: a questão do sistema inalterável e das condições de mudança de sentidos dos enunciados, que leva ao questionamento do sentido literal; a questão do discurso ser determinado pelas posições de seu autor, bem como os deslocamentos de posição, efetuados por um mesmo sujeito; e, finalmente, as condições materiais da existência determinando a forma de expressão e a identidade ou divisão do sentido.

É em relação à prática política de ambos que se verifica a diferença: o primeiro trabalhou e utilizou a categoria da “contradição”, enquanto o segundo, na impossibilidade de fazê-lo, tornou-se um universitário reformista. Pêcheux deixa claro, porém, que a teoria de Foucault apresenta surpreendente matéria de reflexão, necessitando que se faça, nela, alguns deslocamentos para o desenvolvimento da categoria da contradição<sup>8</sup>.

Em Espinosa, a contradição foi usada, espontaneamente, pois, ao atacar a religião, ele utilizou o próprio discurso religioso. Isso evidenciaria o fato de uma prática discursiva não ser um bloco homogêneo, “idêntico a si mesmo” (PÊCHEUX, 1977: 192), mas uma possibilidade de expressão de sentidos divididos.

As classes sociais não são universos fechados. Apesar de seus antagonismos, elas vivem e experimentam problemas análogos, postos pela sociedade como um todo. A dominação acontece, segundo Althusser (1976), por uma relação de desigualdade que faz com que a classe dominante tenha suas idéias revestidas de universalidade, como se fossem comuns a toda a sociedade, como se houvesse uma

---

8 Foucault (1969) classificou a formação discursiva enquanto sistema de regularidades de um discurso. Contraditoriamente, entretanto, fala também de formas de repartição e sistemas de dispersão que se constituem em desvios, rupturas, reformulações de continuidades discursivas históricas.

sociedade homogênea. Conseqüentemente, é ocultada a realidade da divisão de classes.

Dentro dessa perspectiva, toda a formação ideológica deveria ser analisada sob um enfoque “regional” e de classe. O enfoque regional está ligado a elementos culturais, pois abarcaria, conforme texto anterior de Pêcheux e Fuchs (1975), a moral, Deus, o conhecimento, o Direito. Uma formação ideológica fala sobre as mesmas coisas, porém sob perspectivas contraditórias que têm a ver com o antagonismo das classes sociais. Em conseqüência, a FD passou a ser vista, a partir daí, não mais em termos de uma homogeneidade, mas como **unidade dividida**<sup>9</sup>. Não era mais lícito falar em formação discursiva, pensando em termos de classificação tipológica, porém em termos de definição da relação que ela mantém com seu exterior discursivo (o interdiscurso) e

“determinar os avanços constitutivos mediante os quais uma pluralidade contraditória, desigual e internamente subordinada de formações discursivas se organiza em função dos interesses postos em jogo na luta de classes, em um momento dado de seu desenvolvimento e em uma formação social dada” (PÊCHEUX, 1977:196).

A questão essencial passou a ser a da identidade e divisão do sentido. Como ocorre nas formações sociais, em uma mesma formação discursiva atuam forças contraditórias que introduzem o pensamento outro. É o que se evidencia no discurso de Espinosa, que expressa a oposição no interior da própria FD dominante.

Esse texto de Pêcheux é considerado um marco de mudança na teoria do discurso, pois, abordando a contradição, ele introduz um novo tema de estudo: a heterogeneidade.

Um pouco mais tarde, em 1978, e já em um quadro histórico de crise do marxismo francês, Pêcheux faz uma autocrítica e, retificando o que escrevera em *Semântica e discurso*, produz *Il n’y a de cause que de ce qui cloche*<sup>10</sup>, onde ele aborda as falhas na interpelação da ide-

9 A **unidade dividida** é um conceito que expõe a essência da lei dialética da unidade dos contrários, discutida por Althusser em Tesis de Amiens, de 1976, e anexada por Pêcheux ao texto de 77. Na Tesis, o autor discute a contradição marxista como tendo a característica de ser desigual, no sentido de ser heterogênea. As classes sociais vivem em um mesmo mundo, mas não tem a mesma história, já que suas condições materiais de existência são diferentes. Por essa razão, Todo desenvolvimento é desigual porque a contradição é desigual. (Althusser, apud Pêcheux, 1977:198). Trata-se, então, segundo Pêcheux, de pensar na contradição de dois mundos em um só.

10 O texto referido foi traduzido como Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação e publicado, em anexo, no livro *Semântica e discurso* de 1988.

ologia dominante, por meio de contradições estabelecidas por lapsos, atos falhos, equívocos, enfim, o *non-sense* que inscreve os traços de resistência e revolta, e por onde sobressai o discurso-outro (outros discursos).

Sua reflexão crítica partiu da explanação sobre o que ele denominou Tríplice Aliança teórica, ou seja, o campo de pesquisas envolvendo a Linguística, o marxismo e a psicanálise sob os nomes de Saussure, Althusser e Lacan, bem como de suas divergências no cenário político francês.

Tais divergências seriam uma única e mesma contradição política, operando no elemento filosófico, levando-o a intervir filosoficamente e a tomar partido, ajustando seu pensamento às críticas recebidas sobre Semântica e discurso. As mais contundentes foram as relativas à questão da interpelação e da forma-sujeito.

Contra o retorno idealista de um primado da teoria sobre a prática, Pêcheux afirma seu inconformismo com o assujeitamento ideológico total e, recorrendo à expressão lacaniana que dá título ao artigo, diz:

“o que falta é essa causa, na medida em que ela se ‘manifesta’ incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/**non sens** do sujeito dividido” (PÊCHEUX, 1978: 300).

Esse *non sens* produziria um sentido pelo deslizamento do significante, um efeito de algum outro sentido, identificado à resistência e à revolta, indicando uma falha na interpelação e na reprodução. O processo discursivo possibilita ao sujeito escapar, deslizando por sua própria cadeia significante que não coincide (sempre) com o que ele diz.

No final do artigo, Pêcheux inscreve o sujeito nas práticas de resistência ao declarar que não há dominação sem resistência, sendo necessário ousar se revoltar; e que não se pode pensar do lugar de alguém, ou seja, é preciso ousar pensar por si mesmo.

São essas últimas referências que, segundo Maldidier (1990), irão esboçar a partir de então e definitivamente o tema da **heterogeneidade**.

Outro marco de referência, nessa terceira fase da AD, foi o colóquio intitulado *Matérialités Discursives* (materialidades discursivas), realizado em 1980, e que desde seu texto de lançamento, um ano antes, constituiu-se em ocasião de debates profundos e férteis para a teoria do discurso. Novos aspectos (melhor talvez fosse dizer reformulações) como a heterogeneidade, o acontecimento discursivo,

a própria materialidade discursiva, introduzidos e discutidos naquele momento, contribuiriam decisivamente para a virada discursiva.

Organizado em torno de lingüistas, historicistas e analistas de discurso entre os quais Gadet, Courtine, Guilhaumou, Maldidier, Marandín, Conein, Authier, Roudinesco e outros, além do próprio Pêcheux, o colóquio voltou-se para a questão do sujeito e das heterogeneidades discursivas, analisando os deslocamentos do enunciador das redes legitimadas, fato que produziria um acontecimento, encarado como “construção de um efeito que retorna, repercutindo aquilo que trabalha às margens dos discursos” (PÊCHEUX, 1981: 17).

Exporemos algumas questões, tratadas nos artigos do colóquio, que nos parecem ser mais importantes, começando pelas críticas feitas à AD por Courtine e Marandín, no artigo *Quel objet pour l’analyse du discours?* (Qual é o objeto da análise de discurso?), que argumentavam no sentido de a AD trazer à tona as contradições e diferenças, as heterogeneidades escondidas sob a linearidade discursiva, o intradiscurso, como já vimos anteriormente.

Nesse artigo, os autores fazem sua crítica, partindo das noções de pré-construído e repetição (paráfrase discursiva): o primeiro como a condição de possibilidade do que é enunciável, recuperado pelo intradiscurso e que é anterior e independente do sujeito enunciador; e a repetição: na medida em que é nela que a AD se ampara, nessa repetição de um conjunto de marcas formais. Ambos os elementos estariam voltados para a apreensão do mesmo, inscrevendo o discurso na ordem do homogêneo.

Esse malogro da heterogeneidade foi concebido devido à má interpretação que se deu ao conceito de formação discursiva, que não deveria ser considerado um bloco compacto, mas que seria heterogênea a si mesma, sem um limite traçado, separando um interior e um exterior, mas inscrevendo-se entre várias FDs como “uma fronteira que se desloca, em função dos embates da luta ideológica” (COURTINE; MARANDIN, 1981: 24)

Dessa forma, a relação existente entre a FD e seu interdiscurso definiria, contrariamente ao que se pensava até então, a própria FD. O interdiscurso regularia o deslocamento de fronteiras da FD e produziria certos efeitos ligados à heterogeneidade, à descontinuidade e à contradição, pois ele é a instância de formação, repetição e transformação dos elementos de saber da formação discursiva.

Os discursos repetem-se porque os sujeitos retomam já-ditos em seus discursos, mas não literalmente. A volta do mesmo, em outro lugar e em outro momento, institui o diferente. Portanto, os autores chamaram a atenção, também, para o intradiscurso, propondo uma reflexão sobre a seqüência discursiva como um espaço de ruptura e

resistência.

A propósito de uma expressão de Roland Barthes<sup>11</sup>, trapacear a língua, Gadet apresenta, no artigo de mesmo nome, uma abordagem da relação língua-escritura que diz respeito à forma como a língua é moldada quando se escreve. Trazendo exemplos de afirmações da sintaxe apresentada como um fator de rigidez, uma censura, a autora chama a atenção para o fato de que a maioria dos exemplos citados como criativos - os lapsos, as metáforas, os jogos com o significante em geral, os anagramas, as formas proverbiais, - estarem apoiados na sintaxe, sendo ela, portanto, a causa de mudanças semânticas. Qualquer transgressão à ordem sintática provoca novos sentidos.

Intervir na língua, continua Gadet, implica em sua desconstrução, e toda desconstrução apóia-se na oposição à concepção da língua como instrumento de comunicação, estabelecido sob uma norma ou sob um consenso social.

Trapacear a língua não significaria violar a sintaxe, mas supor a possibilidade de subversão que uma norma comporta. Assim, "toda regra deveria poder ser afetada por uma latitude de jogo" (GADET, 1981: 122). A exploração desses "espaços de jogo", permitida pelo próprio sistema da língua, poderia fazer parte de um efeito de sentido pretendido, efeito esse que possibilitaria uma verdadeira liberdade e criatividade na língua.

Outra estudiosa do discurso, Jacqueline Authier contribuiu significativamente para a discussão sobre a presença do outro no discurso dos sujeitos, apresentando, nesse colóquio, seu trabalho sobre as aspas: *Paroles tenues à distance* (Palavras mantidas à distância), em que argumenta que a palavra marcada por aspas é um elemento autônomo dentro de um enunciado, apenas mostrado ao receptor, uma vez que de fato ela é mantida à distância, suspendendo a responsabilidade do enunciador.

Essa distância, marcada pelas aspas, imposta por quem escreve, é um sinal de interpretação do locutor, um comentário crítico a respeito dessa palavra não apropriada que remeteria a um discurso outro. Um exemplo de sua tese: Para falar como os jovens, a banda de rock "detonou"!

Se a palavra entre aspas está à margem de um discurso, é o argumento de Authier, não significa que esteja excluída, senão que ela o delimita e constitui, na medida em que marca um encontro com um discurso **outro**.

O colóquio encerra com uma mesa redonda: discurso - história -

---

11 Em *Leçon* (Aula), texto de 1978, Barthes fala em "trapacear" como um desvio, um deslocamento que faria ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem...

língua, onde são reafirmadas várias questões, debatidas pelos participantes, entre outras: a do discurso ligado à materialidade histórica, ou seja, há efeitos de determinação da estrutura histórica sobre o discursivo; a do discurso como experiência social, onde a materialidade significativa constrói um campo semântico que vai trabalhar sobre o real social; a da articulação do discurso da Linguística com outros domínios, já que a linguagem, o discurso não são propriedades exclusivas dos lingüistas; a questão do que domina um discurso não ser da ordem de suas regularidades sintáticas, mas da organização de um exterior interdiscursivo; a de pensar o discurso como um “acontecimento” discursivo que rompa com a repetição de um “domínio de memória”, onde se assegura a homogeneidade de uma formação discursiva; a do acontecimento como interrupção do mesmo, mas também como “emergência” de outros sentidos, construídos pelo deslocamento do discurso de seus lugares habituais.

Em resumo, concluiu-se pela necessidade de destruir a homogeneidade imaginária dos intradiscursos e de definir um discurso que possibilitasse “uma perspectiva para discernir o que resiste a se dizer no dizer mesmo e assim romper o círculo da repetição e das paráfrases” (p.200).

É assim que os anos 80 encontram a AD em plena transformação, encarando de frente a alteridade. “Os textos desta época portam os traços das mudanças, eles são habitados de palavras dos outros” (MALDIDIER, 1990: 68)

Em meados de 81, Pêcheux conclama os analistas de discurso a voltarem suas pesquisas para os discursos ordinários, nas suas várias formas orais de registro dos discursos cotidianos. Ele elabora, nesse momento, um novo deslocamento face à questão do sujeito: fazer surgir um novo sujeito, deslocado das redes de legitimidade, fora dos espaços institucionais.

Nesse momento de intensa pesquisa e debates em grupo, segundo Maldidier (1990), Pêcheux refaz o percurso da AD e traz para discussão o texto A análise de discurso: três épocas. Nele, o autor enfatiza alguns pontos fundamentais para a terceira fase, vivida no momento em que escrevia o texto, sobretudo a questão do primado do outro sobre o mesmo e a análise das formas lingüístico-discursivas do discurso-outro; e a questão da inscrição de um conjunto de traços da memória interdiscursiva no fio intradiscursivo.

A redefinição da AD se dá em termos da produção e interpretação (leitura) de discursividades (enunciados, seqüências) não estabilizadas logicamente, como os múltiplos registros do cotidiano. São levados em conta três pontos essenciais: 1) o interdiscurso como conjunto sócio-histórico e material de traços discursivos exteriores e anteriores

à seqüência atual e que constitui o seu espaço de memória; 2) uma análise lingüístico-discursiva que associa as “instruções” que permitem a construção da significação e o processo de interpretação de sentidos de uma seqüência; 3) a língua, que não pode ser tomada como um instrumento lógico, mas como o espaço privilegiado de inscrição de traços linguageiros discursivos que formam uma memória sócio-histórica. Tal conjunto de traços discursivos seria, verdadeiramente, o objeto da AD.

O último texto de Pêcheux *O discurso: estrutura ou acontecimento*<sup>12</sup> é dedicado à noção de **acontecimento** e coloca, uma vez mais, a análise de discurso sob o prisma de uma leitura interpretativa.

O conceito “acontecimento” foi enfocado como um fato novo, singular, imprevisível em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e reorganiza, uma novidade, enfim, que não exclui a opacidade, inscrita no jogo de alguns enunciados que remetem ao mesmo fato, mas que têm sentidos diversos. “O confronto discursivo prossegue através do acontecimento.” (PÊCHEUX, 1983c: 20). A contradição está sempre manifesta no interdiscurso. O confronto só se torna aparente via análise do intradiscurso.

Analizando o enunciado “On a gagné” - “ganhamos”-, expressão do acontecimento político que foi a vitória de F. Mitterrand, em maio de 1981, na eleição presidencial francesa, o autor tece um paralelo metafórico dessa frase entre o campo político e o campo esportivo. Tomado sob a ótica dos meios de comunicação, tal enunciado teria a mesma univocidade lógica. Sob o ângulo da AD, entretanto, sabe-se que esse enunciado é opaco: sua materialidade lingüística coloca-o em meio a uma série parafrástica de enunciados heterogêneos, desvendados no momento em que se colocarem questões referentes ao sujeito do verbo ou a seus complementos elididos, ou seja, questões simples como: quem ganhou? o quê, como e por quê?

Os analistas de discurso reivindicavam, assim, novas práticas de leitura que cruzariam o que fosse dito aqui e agora com a memória histórico-discursiva do que foi dito em outro momento em outro lugar, a fim de “entender” a presença de não ditos (mas que poderiam ter sido) no interior do que é dito. Junto a isso, uma nova preocupação: a de trazer como objeto de análise os discursos cotidianos, registros do ordinário do sentido, silenciados normalmente. Descrevê-los e expô-los ao equívoco da língua, percebendo com isso que todo enunciado pode “tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (p.53). Os enuncia-

---

12 Comunicação apresentada pelo autor na conferência *Marxism and the interpretation of culture: limits, frontiers, boundaries*, em julho de 1983, na Universidade de Illinois Urbana-Champaign. Pêcheux desapareceria em dezembro desse mesmo ano.

dos, descritos como estruturas lingüísticas, são igualmente pontos de deriva passíveis de interpretação.

Para Pêcheux (ibid.) os analistas deveriam determinar, nas práticas de análise de discurso, os momentos de descrição e os de interpretação que remetem, o primeiro, à descrição da estrutura lingüística e, o segundo, à interpretação da montagem discursiva, onde o discurso-outro insiste em se mostrar. Tal análise colocaria o discurso, dialeticamente, tanto na ordem da estrutura quanto na do acontecimento.

No final do texto, Pêcheux critica a noção de formação discursiva que, como uma concepção estrutural, idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento, estaria voltada para a repetição, para a regularidade, apagando a possibilidade do acontecimento. Para esse novo Pêcheux, no entanto, o assujeitamento nunca pode ser total: não há identificação plenamente bem sucedida. Não há dominação sem resistência. Todo o discurso depende de redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, conclui o autor; "Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação" (Id. ibid.: 56).

A terceira época marcou uma mudança de rumo na AD, refletindo as crises vivenciadas no período: tanto no marxismo quanto no próprio campo dos estudos lingüísticos. A reflexão teórica da formulação da língua como a base material sobre a qual se desenvolvem os processos discursivos é reformulada, passando a constituir os dois momentos sucessivos de descrição da estrutura lingüística e de interpretação da montagem discursiva. E, fundamentalmente, o deslocamento da análise de discursos institucionalizados para os ordinários, nos quais o sujeito é encontrado, via história, pelo trabalho de memória, pela incessante retomada do já dito, que coloca em circulação as heterogeneidades discursivas e permite, mais uma vez, constatar que o sentido não é estanque, ele escapa sempre.

## AULA 15

### Apresentando a ADC: conceitos fundamentais

A fim de que possamos compreender a análise de discurso crítica (ADC), é preciso definir primeiramente o que se entende por crítica. Sabemos que todo o pensamento crítico que norteia as abordagens teóricas das últimas décadas no âmbito das Ciências Humanas teve como origem as reflexões teóricas desenvolvidas e propagadas pela Escola de Frankfurt (Institut für Sozialforschung, o Instituto de Pesquisa Social vinculado à Universidade de Frankfurt, Alemanha, mas com autonomia acadêmica e financeira).

Fundada em 1923, a Escola de Frankfurt reuniu um grande grupo de intelectuais alemães interessados no estudo dos problemas sociais e filosóficos através do prisma marxista, projetando teóricos como M. Horkheimer, Th. W. Adorno, H. Marcuse, W. Benjamin e J. Habermas, entre outros. O Instituto funcionou na Alemanha até o ano de 1934, pois em decorrência do nazismo seus principais representantes viram-se obrigados a emigrar para os Estados Unidos, sendo o Instituto reaberto em Frankfurt apenas em 1950.

Visando inicialmente ao estudo dos problemas advindos do capitalismo, como os movimentos operários europeus emergentes na época, esse grupo de intelectuais buscava “fundir o comportamento crítico nos confrontos com a ciência e a cultura com a proposta política de uma reorganização racional da sociedade, de modo a superar a crise da razão” (WOLF, 1998, p. 71).

Os membros do Instituto nessa época eram teóricos com idéias variadas e multiformes que, entretanto, possuíam uma identidade central, ou seja, estavam reunidos em torno de interesses, propósitos e eixos temáticos em comum. Segundo Wolf (1998, 71),

A identidade central da teoria crítica configura-se, por um lado, como construção analítica dos fenômenos que investiga e, por outro lado e simultaneamente, como capacidade para atribuir esses fenômenos às forças sociais que os provocam.

Conforme defende Freitag (1988), o pensamento crítico frankfurtiano mantém sua atualidade e importância, de maneira que, ainda hoje, suas propostas teóricas influenciam estudos nesse campo. Exemplo disso é o fato de que a Escola de Frankfurt fornece elementos

teóricos para o estudo crítico dos mass media (teoria crítica dos meios de comunicação de massa), bem como para o estudo crítico da linguagem, como é o caso da ADC.

A análise de discurso crítica é uma tentativa de integrar o estudo da linguagem com a teoria social, propondo um modelo de análise linguística que favoreça o estudo de processos sociais e culturais. Dessa forma, conforme expõe Fairclough (2001), criador do termo ADC<sup>13</sup>, as mudanças no uso linguístico tornam-se especificamente úteis ao estudo de mudanças sociais. Idéia essa que, conforme já vimos anteriormente, foi desenvolvida também por M. Bakhtin.

Fairclough explica que o interesse em relacionar a Linguística com outras ciências sociais é recente, pois os estudos linguísticos, seguindo os paradigmas formalista ou funcionalista, freqüentemente restringem seu foco às análises de texto, carecendo de uma visão mais ampla dos processos sociais que os produzem. Da mesma maneira que as ciências sociais, algumas vezes, menosprezam o papel da linguagem na produção, reprodução ou mudança dos processos sociais e culturais por, equivocadamente, considerarem a linguagem transparente ou mero reflexo da sociedade, fechando-se muitas vezes na análise do conteúdo social de textos sem pensar que tal conteúdo também é construído da própria linguagem.

Aliás, é justamente esse um dos principais pontos da ADC: conceber a relação entre linguagem e sociedade como dialética, considerando o discurso, por um lado, moldado pela estrutura social e, por outro, constitutivo dessa mesma estrutura, conforme veremos a seguir.

A ADC parte de um paradigma funcionalista dos estudos linguísticos, que define o discurso como a linguagem em uso ou o uso da linguagem. Segundo Resende e Ramalho (2006, p. 13),

Para analistas do discurso, somente o conceito funcionalista de discurso é aplicável, uma vez que o foco de interesse não é apenas a interioridade dos sistemas linguísticos, mas, sobretudo, a investigação de como esses sistemas funcionam na representação de eventos, na construção de relações sociais, na estruturação, reafirmação e contestação de hegemonias no discurso.

Entretanto, convém ressaltar que o uso da linguagem na ADC não corresponde àquele nos termos da tradição saussuriana. No Curso de 13 Izabel Magalhães (2005a) explica que embora no Brasil o termo em inglês *critical discourse analysis* seja muitas vezes traduzido como “análise crítica do discurso”, uso bastante corrente no Brasil, é preferível usar o termo *análise de discurso crítica*, uma vez que a tradição de estudos discursivos é forte no país, e o termo *análise de discurso* já está consolidado.

Linguística Geral, obra introdutória aos estudos lingüísticos publicada no início do século XX, Ferdinand de Saussure propôs a dicotomia língua (*langue*) e fala (*parole*), em que definia a língua como sistema de signos lingüísticos, marcada por regularidades e compartilhada pelos indivíduos, portanto, sistemática e social. Enquanto que a fala, que consiste no uso da linguagem falada ou escrita, foi considerada por Saussure atividade individual, assim sendo, imprevisível e irregular, o que a impossibilitaria de constituir-se objeto de estudo da Linguística.

Ocorre que a ADC concebe o uso da linguagem como forma de prática social, “não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90). Entender o discurso como prática social significa concebê-lo como todo o processo de interação do qual o texto é somente uma parte, desse modo, o discurso é o processo, e o texto é o produto, a materialidade lingüística.

O estudo da relação entre linguagem e sociedade é o objetivo primordial da ADC. Destacamos que não se trata de uma relação entre um elemento e outro, separados ou independentes entre si: linguagem e sociedade somente existem juntas, por uma relação interna e dialética. De forma que não há linguagem fora do mundo, nem mundo fora da linguagem. Portanto, fenômenos lingüísticos são sociais, bem como fenômenos sociais são lingüísticos, uma vez que a linguagem age em todos os contextos e práticas (FAIRCLOUGH, 1989; 2001).

Definir o discurso como prática social significa compreender que o discurso, além de um modo de representação, é um modo de ação das pessoas sobre o mundo e sobre outras pessoas, bem como uma prática de significação, pois uma vez que a relação entre discurso e estrutura social é dialética, o discurso é, ao mesmo tempo, moldado pela estrutura social e constitutivo de tal estrutura.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91)

Com base na proposta de Fairclough, elaborada em *Language and Power* (1989) e posteriormente aperfeiçoada em *Discurso e Mudança Social*<sup>14</sup>, a partir da abordagem crítica da relação entre linguagem e so-

---

<sup>14</sup> A publicação original é de 1992, e a tradução para a língua portuguesa é

cidade podemos identificar dois tipos de efeitos: efeitos do discurso sobre a sociedade e efeitos da sociedade sobre o discurso.

No primeiro grupo, dos efeitos construtivos do discurso, temos o seguinte:

1. O discurso contribui para a construção de identidades sociais e posições de sujeito. É no discurso que nos propomos como sujeitos, estabelecemos nossas identidades sociais e constituímos nosso conhecimento de mundo e nossa experiência nele;
2. O discurso contribui para a construção das relações sociais. As relações sociais são representadas e negociadas no discurso, processo de interação, de ação das pessoas sobre o mundo e sobre outras pessoas;
3. O discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença. O discurso é um modo de significação do mundo e seus processos, entidades e relações.

No segundo grupo, dos efeitos da sociedade sobre o discurso, temos que o discurso é investido de ideologias, moldado por orientações econômicas, políticas e culturais, determinado pelo contexto que o constitui, moldado pelas relações sociais (contribui para a sua construção, mas também é constituído por tais relações) e determinado por relações de poder, que levam à legitimação de certos discursos, em detrimento de outros.

Falamos aqui em estruturas sociais que moldam, condicionam e determinam o discurso, mas é importante ressaltar que a prática discursiva “é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como é, mas também contribui para transformá-la” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92). Por isso que Fairclough relaciona discurso e mudança social, devido à capacidade da linguagem de criação e subversão de estruturas sociais, cuja transformação pode originar-se na prática discursiva.

A teoria social do discurso de Fairclough deriva de seus estudos a respeito de linguagem e poder. Em vista disso, para entender a relação entre linguagem e poder, dois conceitos são essenciais, ideologia e hegemonia. Para compreender o primeiro conceito, ideologia, e aplicá-lo à ADC, Fairclough parte dos trabalhos de M. Bakhtin, L. Althusser, e J. B. Thompson, para o segundo, hegemonia, o autor parte dos estudos de A. Gramsci e M. Foucault.

O filósofo-lingüista russo Mikhail Bakhtin, cujos estudos são bem anteriores a Althusser e Thompson, tem importância fundamental no estabelecimento da relação entre discurso e ideologia, defendendo de 2001.

que a ideologia está vinculada ao signo, de forma que não existe ideologia sem signos (1979, p. 17).

A teoria da ideologia de Althusser (1991) influencia a discussão da ADC sobre discurso e ideologia ao fazer três proposições: primeiro, que a ideologia existe nas práticas das instituições; segundo, que a ideologia interpela os sujeitos; e terceiro, que os Aparelhos Ideológicos de Estado constituem um espaço para a luta de classes. Se por um lado Althusser propõe os Aparelhos (instituições como a mídia, a escola, as igrejas, por exemplo) como local para a luta de classes, por outro, propõe que os mesmos asseguram a reprodução da ideologia dominante. Isso caracteriza uma supremacia das estruturas sociais sobre os eventos discursivos, o que restringe a liberdade dos sujeitos.

Buscando pensar a ideologia de forma que favoreça uma abordagem equilibrada das estruturas sociais e dos eventos discursivos, atendendo à sua visão da relação dialética entre linguagem e sociedade, Fairclough recorre a Thompson (2005). Segundo Thompson (2005, p. 79-80), certos usos da linguagem e formas simbólicas são ideológicos quando servem para estabelecer ou manter relações de dominação, ou seja, relações assimétricas de poder de um indivíduo ou grupo sobre o outro. Isso implica que as formas simbólicas ideológicas contribuem para sustentar a ordem social vigente e que, portanto, a ideologia tem caráter hegemônico.

Com base nesses três autores e aproximando-se do pensamento de Thompson, Fairclough (2001: 117) propõe o seguinte conceito:

Entendo que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

O grande diferencial dessa teoria é justamente a inclusão da possibilidade de transformação, lado a lado com a produção ou a reprodução das relações de dominação. Da dialética entre estrutura e ação advém a constatação de que, ao mesmo tempo em que há uma estrutura de perpetuação da ideologia dominante, há também uma relativa liberdade do sujeito que, mesmo interpelado pelas ideologias da sociedade e, dessa forma, engajado em práticas sociais que colaboram na manutenção da ordem vigente, sempre tem a possibilidade da fuga, da mudança social e da manifestação da sua singularidade.

Entendendo ideologia e hegemonia como conceitos interligados, e que a ideologia, à medida que contribui para a manutenção ou transformação das relações de dominação, tem caráter hegemônico, é ne-

cessário definir em que consiste a hegemonia no contexto da análise de discurso crítica. Para tanto, referimos ao trabalho de Gramsci, o qual a define como o domínio de um grupo social sobre o outro, um domínio que não ocorre pela força, mas pelo consenso social e pela coerção.

Gramsci (1995, p.10-11) considera que a sociedade é dividida em duas: a sociedade política, que abrange o aparelho de Estado e representa a força, e a sociedade civil, que abrange a cultura e a ideologia. O grupo social dominante impõe sua dominação pelo consenso político e pela coerção, em articulação com outras forças sociais e políticas, contando inclusive com a ação de intelectuais cujas práticas discursivas lhe dão sustentação, agindo em prol da manutenção das relações hegemônicas. A ordem vigente é, assim, mantida, havendo, entretanto, sempre a possibilidade de mudança ou alternância de poder entre dois grupos diferentes ou mesmo opostos.

Com base nisso, Fairclough (2001, p.122) elabora algumas conclusões sobre o conceito de hegemonia:

- É o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em conjunto com outras forças sociais, caracterizando uma situação de “equilíbrio instável”;

- É mais do que o domínio sobre classes subalternas, é a construção de alianças e a integração por meio de concessões ou meios ideológicos que garantam seu consentimento (não pelo uso da força);

- É um foco de luta constante sobre pontos de maior instabilidade entre classes a fim de criar, manter ou romper alianças e relações de dominação.

A situação de “equilíbrio instável” refere-se à dominação, sempre parcial e temporária, de um grupo sobre os outros, o que se deve à luta hegemônica. A luta hegemônica consiste na constante negociação e disputa pela sustentação de relações de poder, não pelo uso da força, mas principalmente pelo uso das ideologias. Seguindo a dialética entre sociedade e discurso, as relações de poder podem ser criadas, mantidas ou transformadas nas práticas discursivas.

Outro teórico que relaciona hegemonia e discurso é Foucault, cujas discussões representam grande influência para a ADC. Ao propor que as práticas discursivas de algumas instituições sociais (como a prisão e a escola, por exemplo) condicionam ou moldam indivíduos, adaptando-os às necessidades do grupo dominante não pela força, mas pela prática discursiva, auxiliando assim a manutenção de relações de poder, Foucault (1997) concebe o discurso como local privilegiado para a disputa hegemônica.

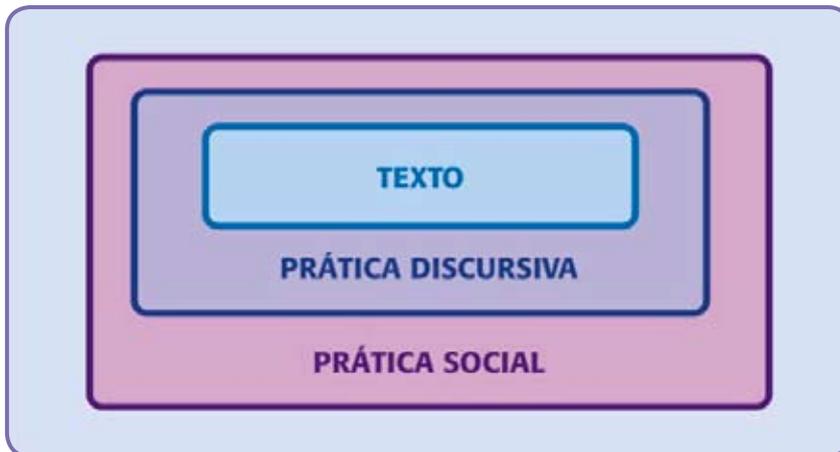
Em consonância com o pensamento de Foucault, podemos real-

mente considerar o discurso como um local privilegiado para a manifestação de hegemonias e lutas hegemônicas, pois é no discurso que aquelas são produzidas, reproduzidas ou contestadas.

O conceito de hegemonia implica o desenvolvimento – em vários domínios da sociedade civil (como o trabalho, a educação, as atividades de lazer) – de práticas que naturalizam relações e ideologias específicas e que são – na sua maioria, práticas discursivas. (FAIRCLOUGH, 1997, p. 80)

Para entender o discurso na concepção da ADC, é importante ter uma visão do que torna a prática discursiva uma prática social como outras e o que a torna especificamente discursiva. O que assemelha a prática discursiva a demais práticas sociais é que o discurso pode constituir uma prática econômica (por exemplo, transações na bolsa de valores, por exemplo, se dão de maneira discursiva), uma prática política (uma sessão na Câmara de deputados tem natureza discursiva), uma prática cultural (tanto a celebração de uma missa, quanto um show de rock têm caráter discursivo) ou uma prática ideológica (uma propaganda que tenha como mensagem que a violência doméstica ou a discriminação racial devem ser denunciadas e combatidas constitui uma prática discursiva). E o que torna o discurso uma prática especificamente discursiva é a sua materialização em textos. Logo, toda prática discursiva possui uma dimensão social (a prática social) e uma dimensão material ou materialidade linguística (o texto).

Com base no exposto, a concepção do discurso proposta por Fairclough (2001, p.100) é tridimensional, isto é, os discursos são constituídos por três dimensões ou três níveis: texto, prática discursiva e prática social (conferir figura 1). O texto abrange textos linguísticos e imagens; a prática discursiva compreende a interação, por exemplo, entre condições de produção, distribuição e consumo dos textos; e a prática social corresponde ao contexto social que circunda o texto, aos aspectos extralinguísticos, como orientações políticas, econômicas, culturais e ideológicas.



**Figura 1.** Conceito tridimensional do discurso (FAIRCLOUGH, 1989, p.25; 2001, p.100).

Dessa forma, a análise de discurso crítica também segue um modelo tridimensional, pois cada um dos níveis deve ser analisado. No quadro abaixo (quadro 1), verificamos as categorias analíticas apresentadas por Fairclough (2001):

<b>TEXTO</b>	<b>PRÁTICA DISCURSIVA</b>	<b>PRÁTICA SOCIAL</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vocabulário</li> <li>- Gramática</li> <li>- Coesão</li> <li>- Estrutura textual</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produção</li> <li>- Distribuição</li> <li>- Consumo</li> <li>- Contexto</li> <li>- Força</li> <li>- Coerência</li> <li>- Intertextualidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ideologia</li> <li>  Sentidos</li> <li>  Pressuposições</li> <li>  Metáforas</li> <li>- Hegemonia</li> <li>  Orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas</li> </ul>

**Quadro 1.** Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional. (RESENDE e RAMALHO, 2006, p.29)

Em obra publicada posteriormente, Chouliaraki e Fairclough (1999) explicam que a análise não necessita seguir uma seqüência ou separação em três níveis rigorosamente, as três dimensões do discurso podem, portanto, estar dispersas e fragmentadas pela análise. Essa mudança foi bem observada por Resende e Ramalho (2006, p.29), que afirmam:

Em um enquadre mais recentemente apresentado, Chouliaraki e Fairclough (1999) mantêm as três dimensões do discurso, contudo, de maneira mais pulverizada na análise e com um fortalecimento da análise da prática social, que passou a ser mais privilegiada nesse modelo posterior. Observa-se

que houve, entre os modelos, um movimento do discurso para a prática social, ou seja, a centralidade do discurso como foco dominante da análise passou a ser questionada, e o discurso passou a ser visto como um momento das práticas sociais.

A ADC enfoca os fenômenos discursivos ligando-os à ideologia e às relações de poder que estruturam a sociedade e os discursos. Wodak (2004) argumenta que, na análise de discurso crítica, três conceitos são fundamentais: história, ideologia e poder. O primeiro, a história, refere-se à contextualização dos discursos, ou seja, a linguagem é vista de maneira contextualizada, relacionada a determinados tempo e espaço. O segundo, a ideologia, a que referimos anteriormente, diz respeito à não arbitrariedade dos signos, ao peso ideológico que os discursos adquirem, uma vez que são estruturados com a intenção de legitimar a dominação de um grupo sobre outro. O poder, o terceiro conceito, corresponde aos conflitos e disputas de poder ente dominantes e subalternos, em que aqueles que detêm o poder buscam, através das convenções, estruturar as práticas discursivas. O termo “crítica” é empregado de maneira ampla, significando um comprometimento social e político, a fim de desnaturalizar os efeitos do uso que fazemos da linguagem.

Trata-se, então, de uma teoria lingüística que ajuda a elucidar como as desigualdades sociais são produzidas e perpetuadas por meio do uso da linguagem.